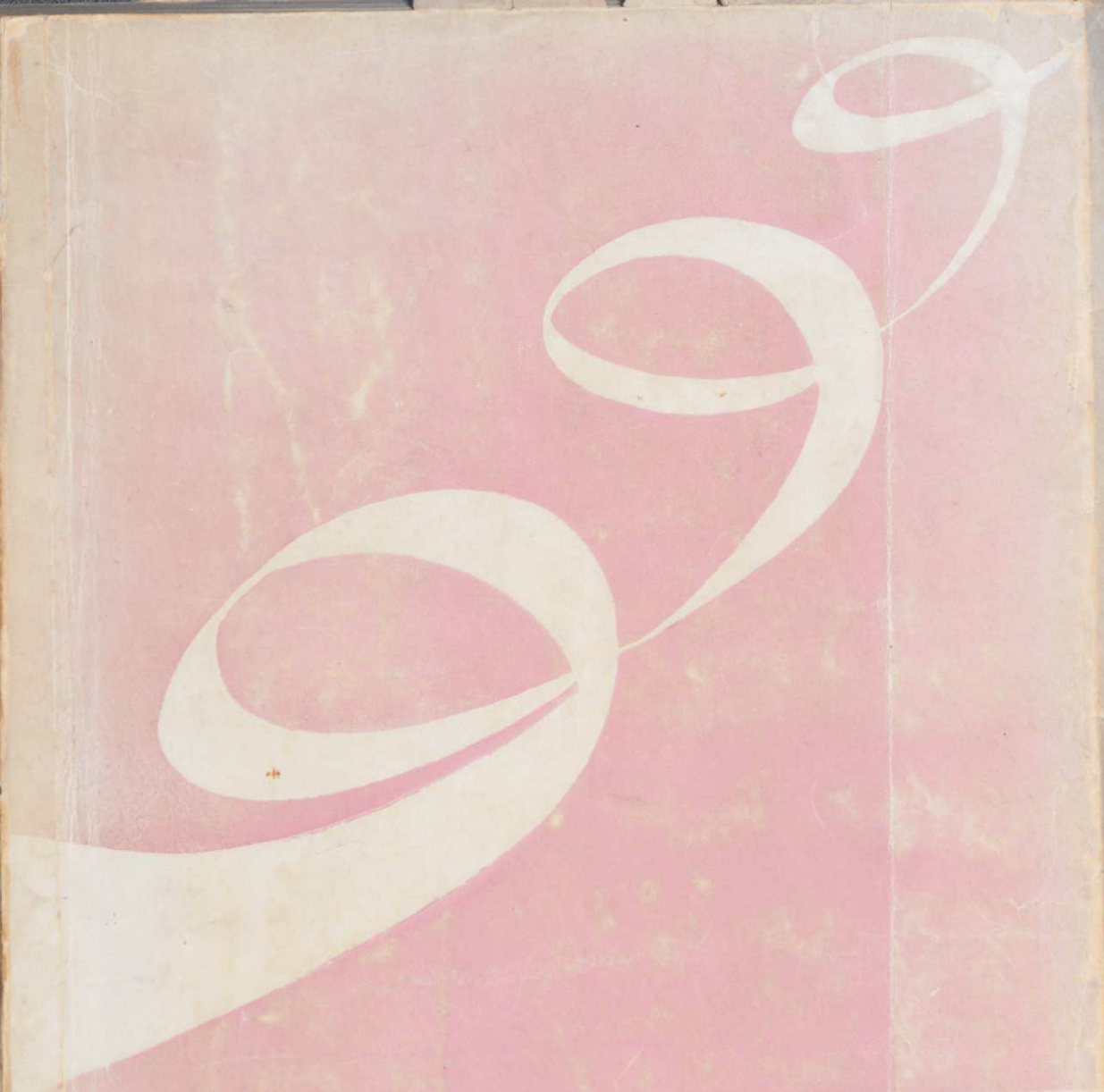




GOVÉRNO CHRISTIANO DIAS LOPES FILI

UM
ESTADO
EM
MARCHA
PARA O
DESENVOLVIMENTO

VOL. III



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Um Estado em Marcha para o Desenvolvimento

(vol. III)

Governo

Christiano Dias Lopes Filho

— 1970 —

ARQUIV. DE DOCUMENTOS ESCRITOS	
EX-105A	
N.º	DATA
5. 105	27-05-86

APRESENTAÇÃO

Do Governador do Estado

Ao Exmo. Sr. Deputado HILÁRIO TONIATO — DD. Presidente da Assembléia Legislativa — Nesta.

Senhor Presidente,

Queremos que este Relatório das atividades do Governo, durante o exercício de 1969, tenha o caráter de uma verdadeira prestação de contas, oferecida ao povo capixaba por intermédio de seus legítimos representantes na augusta Assembléia Legislativa Estadual. Já não há obrigação constitucional de fazê-lo. Entretanto, para nossa consciência democrática, os governantes não são donos mas mandatários e, por isso, subsistirá sempre um dever de ética política de mostrar à comunidade representada de que modo foram administrados os seus interesses.

2. Queremos que seja, também, uma homenagem aos próprios Podêres Legislativo e Judiciário que, com dignidade e nobreza, têm sabido compreender nossos esforços para que a harmonia e independência dos Podêres, exigências do regime democrático, alcancem seu objetivo último que é o bem-estar do povo.

3. O reconhecimento popular que sentimos desde a Capital ao mais remoto município do Estado, dá-nos a convicção de que estamos realizando os propósitos anunciados no início de nosso Governo. O julgamento do povo é bom critério para aferição de resultados. Os números de 1970 cotejados com os de 1967 confirmam essa constatação.

4. Já se disse que os números governam o mundo. A economia e a ciência da Administração têm nos números seus mais valiosos instrumentos. Somente com base nêles serão possíveis a racionalização e o planejamento. Por isso, comecemos e continuemos nosso Governo sem muita preocupação com as palavras, para cuidar que seus resultados possam ser traduzidos em números.

5. Não pode haver discordância em reconhecer que a fisionomia administrativa do Estado foi transformada. Ale-

INTRODUÇÃO

I — PANORAMA DO TRIÊNIO 67/69

II — PANORAMA DO EXERCÍCIO DE 1969

Observação — Na segunda parte dêste Relatório, o leitor encontrará dados pormenorizados sôbre as atividades de cada Setor da Administração. Nesta introdução, porém, pretendemos oferecer uma visão panorâmica do Triênio 67/69 e, especialmente, do que foi realizado no exercício de 1969.

I — PANORAMA DO TRIÊNIO 67/69

APARELHAMENTO

INSTITUCIONAL — O insuficiente desempenho da economia do Espírito Santo em relação ao resto do País, principalmente a partir dos anos cinquentas, e a grave crise irrompida nos anos mais recentes estavam a exigir por parte das autoridades locais uma ação decisiva no sentido de buscar novos rumos para a economia capixaba. É interessante referir-se à singular situação do Estado no contexto do desenvolvimento nacional. Localizado no Centro Sul, região que apresenta os maiores níveis de desenvolvimento do País, o Espírito Santo constituía entretanto uma área crítica, cujos problemas econômicos e sociais tendiam a se agravar no decorrer do tempo. Por outro lado, talvez pela sua inexpressiva força política dentre as demais unidades da União, o Estado não lograra (até período recente) obter por parte do Governo Federal a institucionalização de medidas especiais que pudessem corrigir a defasagem de crescimento que se verificava entre a evolução de sua economia e a do País como um todo.

Cabe registrar então o extraordinário esforço empreendido pelo poder público estadual a partir de 1967, e que objetivou, primeiramente, dotar o Estado de uma estrutura institucional que fôsse capaz de fazer frente aos grandes desafios que a problemática da economia capixaba apresentava. Restringindo-se apenas aos agentes mais diretamente ligados à política econômica do Estado, importa ressaltar:

- Revitalização do CODEC — Conselho de Desenvolvimento Econômico — criado pela Lei 1.613 de fevereiro de 1961, e que a partir de 1967, passou a atuar efetivamente como órgão responsável pela elaboração e controle do orçamento programa do Estado, contribuindo de forma relevante na orientação e racionalização dos investimentos e gastos do setor público estadual;
- Criação da CODES — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, hoje transformada no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A. — (BANDES) — destinada a planejar e coordenar a mobilização de recursos necessários

- à aceleração do desenvolvimento do Estado;
- Fortalecimento do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A., hoje denominado Banco do Estado do Espírito Santo S/A. (BANESTES), cujo capital anteriormente de Cr\$ 600.000,00 foi sucessivamente aumentado até Cr\$ 10.000.000,00, permitindo a esta instituição financeira um incremento considerável em sua capacidade de mobilização e aplicação de recursos em favor das atividades produtivas no Estado;
 - Criação da nova ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas S/A.) resultante da fusão da antiga ESCELSA com a CCBFE (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica) e da transformação da empresa capixaba em subsidiária da ELETROBRAS. Este último fato, principalmente, constituiu-se em uma medida de importância preponderante para que o Estado possa equacionar e solucionar o problema da oferta de energia elétrica em seu território;
 - Criação da COPESA (Companhia de Pesca do Espírito Santo S/A.) que objetiva desenvolver a indústria pesqueira no Estado, procurando explorar a excepcional posição geográfica do Espírito Santo com relação aos pesqueiros da costa brasileira;
 - Criação da EMCATUR (Empresa Capixaba de Turismo) cuja finalidade é a de promover o desenvolvimento turístico no Espírito Santo em face das excepcionais condições paisagísticas oferecidas pelas praias capixabas;
 - Criação da COPLAN-ES (Coordenação do Planejamento Industrial do Espírito Santo) destinada a estudar e promover a implantação de Centros Industriais no Estado.

As modificações e inovações introduzidas na Administração Pública foram no entanto muito mais amplas. A reforma administrativa realizada pelo Governo e cujas diretrizes básicas estão consubstanciadas na Lei 2.296 de 17 de julho de 1967, atingiu a praticamente todos os setores da burocracia estadual, objetivando racionalizar métodos de trabalho e conferir maior flexibilidade de ação à administração

estadual. Procurou-se, através da reestruturação da velha máquina existente e da criação de vários órgãos da administração descentralizada, compatibilizar a aparelhagem instrumental do Governo com as responsabilidades crescentes de atuação do Setor Público moderno na vida econômico-social de uma comunidade.

Dentro deste objetivo da modernização da máquina administrativa do Estado, cumpre destacar a criação do SERCOP (Serviço Estadual de Racionalização e Contrôlo Operacional), empresa pública do Governo, com autonomia administrativa e financeira, e que se destina a executar para quaisquer entidades públicas ou mesmo privadas, serviços de processamento de dados e tratamento de informações através de moderno sistema de computação eletrônica. A criação do SERCOP representa um importante passo do Governo do Estado no sentido de atualizar-se com as modernas técnicas operacionais de administração.

Não menos importante é a criação do DAF (Departamento de Aerofotogrametria e Foto-interpretação) com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Agricultura, cujos serviços se constituirão em relevantes subsídios ao melhor conhecimento de nosso meio físico, condição essencial para que se possa melhor avaliar as potencialidades reais de nossa economia.

INVESTIMENTOS ESTADUAIS EM INFRA-ESTRUTURA — Como já se referiu anteriormente, um dos sérios entraves ao desenvolvimennto capixaba tem sido a inexistência de uma infra-estrutura econômica capaz de viabilizar efetivamente a reativação de sua economia.

O Governo Estadual dentro das limitações que lhe são impostas pela exigüidade de recursos de seu orçamento, procurou contribuir para a eliminação dos principais pontos de estrangulamento do setor, aplicando recursos próprios e captando recursos extra-estaduais para financiamento de projetos, dos quais, cabe ressaltar:

a) **Transportes**

- Projeto de Estradas Vicinais que abrange 15 estradas vicinais em 13 municípios capixabas, destinado a construir e/ou melhorar as vias de aces-

so às áreas produtoras do Estado de forma a facilitar o escoamento da produção agrícola até os centros consumidores;

- Projeto Estradas “Espinha de Peixe” que destina-se a interligar as zonas produtoras capixabas aos grandes eixos rodoviários que cortam o Estado, notadamente a BR-262 e a BR-101;
- Projeto Estradas ES-4 (trecho Bom Jesus do Norte — São José do Calçado); ES-44 (Mucurici-Montanha-Pinheiros). ES-37 (Pinheiro-Boa Esperança — Nova Venécia — São Gabriel da Palha — S. Domingos). ES-43 (Ecoporanga — Barra de São Francisco). ES-2 (Barra de São Francisco — São Domingos — Colatina); ES-8 (Mantenópolis — Alto Rio Novo — Pancas); ES-34 (Pancas — Frechiani); ES-5 (Muniz Freire — Alegre); ES-6 (Cachoeiro — Muqui — Mimoso) e outros.
- Aquisição de 10 Motoniveladoras para o Departamento de Estradas de Rodagem; o projeto de aquisição das motoniveladoras abrangeu também 14 unidades para diversas Prefeituras do Estado;
- Reequipamento do Pôrto de Vitória, destacando-se a aquisição de novos guindastes, objetivando incrementar sua capacidade operacional.

b) Eletrificação

- Projeto de Eletrificação do Norte do Estado, que atenderá aos Municípios da região norte e da Serra dos Aimorés (antigo Contestado), beneficiando 10 Comunidades Municipais.

c) Comunicações

- Projeto de Comunicações Telefônicas que se estende por 24 Municípios do Espírito Santo abrangendo a totalidade das Zonas Norte e Serra dos Aimorés e os Municípios das Zonas Rio Doce, Serrana do Centro, Vitória e Serrana do Sul, que ainda não dispõem de ligações por telefonia.

IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E INDÚSTRIA DE BASE

— Os investimentos do Governo Federal na expansão e melhoria da infra-estrutura econômica do Espírito Santo são fatos, também, da maior relevância para o soerguimento do Estado, destacando-se:

- **Rodovias:** a conclusão da BR-262 (Vitória — Uberaba) e o adiantado estágio de construção da BR-101 (Rio Bahia Litorânea) cuja pavimentação total até os Estados do Nordeste é prevista para curto prazo. A medida em que a economia estadual torna-se menos induzida do exterior (decadência do café) e mais integrada no mercado regional a importância desses eixos rodoviários apresenta uma significação cada vez maior;
- **Energia Elétrica:** a construção da Usina de Mascarenhas (154 mil Kw) no Rio Doce cujo término das obras é previsto para 1973 e que deverá cobrir os deficits projetados;
- **Instalações Portuárias de Tubarão:** a construção deste porto especializado em granéis, juntamente com a execução dos projetos das Rodovias BR-262 e BR-101, já referidos, vêm reforçar de modo considerável a posição de Vitória como área polarizadora de sua vasta hinterlândia;
- **Telecomunicações:** as obras levadas a efeito pela EMBRATEL e que deverão interligar em curto prazo, a capital capixaba com o resto do País através de moderno sistema de micro-ondas.

Como empreendimentos de grande significação para o Estado citam-se os que resultam da diversificação das atividades da Companhia Vale do Rio Doce, como a Usina de Pelots na Ponta do Tubarão, que deverá entrar em funcionamento neste ano de 1970. A projetada Usina Siderúrgica de Tubarão, sem dúvida alguma a localização ideal para a instalação de uma unidade industrial de grande escala, capaz de competir vantajosamente no mercado internacional, é uma perspectiva cuja concretização é esperada, ainda que as de-

marches quanto à decisão de sua execução possam se delongar por algum tempo. Os impactos que uma unidade industrial siderúrgica de grande porte, como a que se dimensiona para Tubarão, poderá trazer para a economia regional são dos mais expressivos e capazes de deflagrar um grande surto de desenvolvimento para o Espírito Santo.

OPORTUNIDADE DE DIVERSIFICAÇÃO NA AGRICULTURA — Ainda como empreendimento nôvo da C.V.R.D.

no Espírito Santo menciona-se a DOCEMADE, empresa subsidiária reflorestadora que iniciou em 1969 a execução de um grande projeto de reflorestamento em Linhares com plantio inicial de 1.000ha. A propósito, a atividade de reflorestamento no Estado do Espírito Santo a partir da instalação da Aracruz Florestal S.A. em Aracruz no ano de 1967, vem apresentando um desenvolvimento extraordinário. Esta empresa, que se destaca como uma das maiores do País em seu ramo, possui um programa de plantio anual de 3.400 ha/ano devendo alcançar um total de 21.000 ha. Seus planos de extensão do programa ao Norte do Estado prevêem a triplicação dessas metas iniciais. Além dessas duas empresas reflorestadoras maiores, existem mais oito de menor tamanho que vêm executando projetos de reflorestamento no Estado. O ritmo atual de plantio já viabiliza a implantação no Estado de uma indústria de celulose de grande porte em 1974.

A lei 5.106, de 2 de setembro de 1966, (que faculta aos contribuintes do Imposto de Renda deduzirem, de até 50% do imposto devido, as importâncias aplicadas em florestamento), e a Portaria 784, de 24 de janeiro de 1969, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (que torna obrigatório o plantio de novas essências florestais às empresas que utilizam a madeira como matéria prima), foram os instrumentos que possibilitaram o desenvolvimento da atividade no Estado, como, aliás, vem ocorrendo em todo o País. O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (BANDES), entidade financeira que sucede a CODES, deverá abrir no presente ano de 1970 uma linha de financiamento para antecipação das despesas em reflorestamento no ano base, com vistas a dedução prevista na Lei 5.106, de forma a incentivar a atividade no Espírito Santo e fixar o máximo possível de incentivos fiscais em favor do Estado, em complemento aos estímulos criados pelo Decreto-lei 880.

O Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte que abrange áreas contíguas dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo beneficiará extensa área de nosso Estado compreendendo cerca de 20 Municípios, incluindo toda a Zona Norte, Serra dos Aimorés, Baixo Rio Doce e parte das Zonas Serranas do Centro e Vitória. O Programa que prevê a aplicação de Cr\$ 23.000.000,00 no Espírito Santo, representará um importante incentivo à atividade criatória na área e contribuirá para minimizar os efeitos depressivos no nível de renda acarretados pela erradicação de café em época recente.

Ainda dentro do setor agrícola, um projeto cuja execução definitiva acarretará benefícios bastantes expressivos para a economia estadual é o de recuperação de terras e colonização da região de Suruaca, localizada em uma faixa de terra ao norte da foz do Rio Doce. A área de Suruaca possui uma extensão global de 120.000 ha., prevendo-se para uma primeira fase do projeto o aproveitamento de 27.000 ha. para utilização agrícola o que permitiria a ocupação inicial de — 1.300 famílias. A este respeito já existe um convênio firmado entre CEPLAC, DNOS, Prefeitura Municipal de Linhares e Governo do Espírito Santo para a implementação do projeto. Tanto no que diz respeito ao aumento do produto agrícola quanto à absorção de mão de obra excedente liberada da erradicação de café em época recente o projeto em pauta deve ser considerado de interesse prioritário dentro da programação agrícola estadual.

Finalmente cabe mencionar o programa de Renovação da Cafeicultura Capixaba, como parte do Programa a ser desenvolvido pelo IBC/GERCA nos Estados cafeicultores do País, o qual deverá ser levado a efeito em bases técnicas, em áreas ecologicamente propícias, de modo a assegurar elevado nível de produtividade à cultura. Devido à incontestável importância da cafeicultura na economia regional é ocioso tecer comentários a respeito dos efeitos positivos deste Programa. Entretanto, a fatalidade do aparecimento da ferrugem do cafeeiro, doença causada pelo fungo *Hemilíe* *Vastratrix* Bork e Br., na Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo veio, por um lado, questionar junto às autoridades federais a viabilidade de renovação nas áreas afetadas e, por outro, levantar novamente a possibilidade da alternativa de erradicação, medidas que, supostamente, colocariam a salvo as principais zonas ca-

feicultoras do Centro Sul. O equacionamento do problema, de extrema gravidade para o País e para o Espírito Santo, deve abranger tôda a sua dimensão econômica e social, não se admitindo, portanto a adoção de medidas simplistas que possam levar a economia das regiões afetadas (o Espírito Santo seria sem dúvida o grande prejudicado) a níveis críticos insuportáveis.

II — PANORAMA DO EXERCÍCIO DE 1969

INCENTIVOS FISCAIS — Paralelamente ao esforço de aparelhamento institucional, o poder público capixaba empreendeu uma intensa campanha junto ao Governo da União procurando sensibilizar as autoridades Federais com vistas à crítica situação em que se encontrava a economia regional, e que estava a reclamar, portanto, a adoção de medidas especiais que possibilitassem a reativação econômica do Espírito Santo. Tratava-se de uma velha reivindicação capixaba no sentido de que o Governo da República institucionalizasse um esquema de incentivos fiscais semelhantes aos que vigoram em outras áreas de baixo nível de desenvolvimento.

Em 31 de janeiro de 1968, após insistentes petições do Governo do Estado, foi instituído pela Presidência da República, através do Decreto Lei n. 62.197, um Grupo de Trabalho Interministerial que objetivava proceder ao levantamento da situação sócio-econômica do Espírito Santo, bem como sugerir medidas para o seu soerguimento.

Embora sem desempenhar plenamente as incumbências a êle atribuídas, o GT Interministerial deixou gravada na alta esfera federal uma imagem da crise econômica do Estado para a qual só medidas excepcionais poderiam trazer resultados efetivos.

O Governo do Estado, continuando sua política reivindicatória, formulou diversos projetos de incentivos para o desenvolvimento do Espírito Santo submetendo-os à apreciação do Ministério de Planejamento e Coordenação Geral. A pretensão capixaba foi aprimorada e compatibilizada com a política seletiva de incentivos regionais e com o interesse do Governo Federal em não criar novas faixas de incentivos fiscais em detrimento do Norte e Nordeste, culminando com a criação dos instrumentos consubstanciados no Decreto Lei

880 de 18 de setembro de 1969 que confere ao contribuinte do Imposto sobre a Renda, pessoa física e jurídica, domiciliado no Espírito Santo o direito de aplicar as deduções do imposto relativas ao Decreto Lei 221 (pesca), Decreto Lei 55 (turismo) e Decreto Lei 157 (compra de ações) em outros empreendimentos agrícolas e industriais localizados em território capixaba.

O Decreto Lei 880 instituiu também o FUNRES — Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo — a ser constituído de diversas dotações orçamentárias federais e estaduais, além de outros recursos. O citado decreto criou para administrar a aplicação dos incentivos fiscais e dos recursos do FUNRES o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) cujas atribuições foram definidas pelo Decreto Lei n. 65.185 de 18 de setembro de 1969. O GERES integra-se de representantes do Ministério do Planejamento (coordenador), Ministério da Fazenda, Ministério do Interior, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e dois representantes do Governo do Estado do Espírito Santo.

Reforçando os estímulos criados pela legislação federal, o Governo Estadual através da Lei 2.469 de 28 de novembro de 1969, regulamentada pelo Decreto 34-N de 31 de dezembro de 1969, estabeleceu os incentivos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), facultando às pessoas jurídicas domiciliadas ou estabelecidas no Estado, deduzir até 5% do valor líquido do ICM a recolher para aplicação em projetos industriais, agro-pecuários, de pesca, de turismo e de comércio e serviços.

A Lei Estadual n. 2.480 de 23 de dezembro de 1969 que possibilita a isenção de 80% do ICM devido, para amortizar, durante até 12 anos, os investimentos industriais de valor superior a 5.000 salários mínimos regionais, constitui outro importante estímulo fiscal ao investidor privado que venha a aplicar seu capital em empreendimentos localizados em território capixaba.

Por fim, complementando o esforço estadual no sentido de se criar franquias destinadas a dinamizar a economia es-piritossantense cita-se a recente Lei que cria o FUNDAP —

(Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) e que objetiva através de financiamento de até 10% do valor das operações de importação e exportação pelo Pôrto de Vitória, incrementar o volume de carga movimentada pelo Pôrto de modo a minimizar sua ociosidade operacional principalmente no sentido da importação.

RECEITA — A Receita do Estado orçada para o exercício de 1969 foi de Cr\$ 153.373.112,00. A Receita realizada montou a Cr\$ 123.124.789,52. A diferença de Cr\$ 30.000.000,00 para menos não tem, contudo, a importância que se lhe poderia atribuir à primeira vista, porquanto a responsabilidade quase total cabe apenas ao item operações de crédito, que o Estado, por conveniência, deixou de efetuar no montante de Cr\$ 26.000.000,00.

A Receita Tributária, entretanto, sofreu também significativa variação, para menos, de Cr\$ 11 milhões, em relação à prevista, em virtude de menor safra de café e de cereais, redução ponderável na cobrança da taxa de segurança e deficiências que não puderam ainda ser totalmente corrigidas no aparelho arrecadador.

Importa reconhecer, porém, que o aumento da Receita Tributária em 30% em relação ao exercício anterior representa um índice de elevação altamente satisfatório.

DESPESA — A despesa autorizada, acrescida dos créditos suplementares e adicionais, montou a Cr\$ 163.925.875,00. Entretanto, exatamente para evitar operações de crédito, conforme mencionado antes, o Governo determinou cancelamento de dotações, de acordo com a Lei n. 4.320, assegurando-se uma real economia, ao mesmo tempo em que impedia uma perigosa elevação do deficit orçamentário. Dêsse modo conseguiu-se que a despesa efetivamente realizada ficasse em Cr\$ 136.598.786,78.

Por programas e funções, a Despesa realizada ficou assim distribuída:

Governo e Admin. Geral	14.890.486,76	10,9
Administração Financeira	11.296.276,60	8,3
Defesa e Segurança	9.993.388,86	7,0
Recursos Naturais e Agropecuários .	8.058.484,40	6,0
Viação, Transportes e Comunicações	23.524.121,39	17,3

Indústria e Comércio	4.819.468,90	3,6
Educação e Cultura	33.373.691,40	24,4
Saúde	10.298.038,95	7,6
Bem Estar Social	18.020.933,78	13,2
Habitação e Serviços Urbanos	2.323.895,74	1,7

AGENTES FINANCEIROS — Os dois principais agentes financeiros do Estado — Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. — BANDES e Banco do Estado do Espírito Santo S.A. — BANESTES — tiveram sua vitalidade e expansão eloqüentemente afirmadas pelas expressivas elevações de capital. O BANDES elevou, sucessivamente, seu capital de Cr\$ 750.000,00 para Cr\$ 10.780.000,00 e Cr\$ 15.000.000,00. O Banco do Estado promoveu elevação de Cr\$ 1.500.000,00 para Cr\$ 5.000.000,00 e, posteriormente, para Cr\$ 10.000.000,00. Os recursos globais do BANESTES ascenderam de Cr\$ 75.350.465,00, em 1968, para Cr\$ 117.795.184,00 em 1969. Os recursos aplicados pelo BANDES voltaram-se principalmente para a implantação e ampliação de empreendimentos industriais, tendo concedido ao setor, em 1969, financiamentos no montante de Cr\$ 5.014.061,00.

EDUCAÇÃO — Uma das metas do Setor Educação em 1970 era alcançar o índice de 85% de escolarização primária. Registramos, com júbilo, que esta meta foi realizada com um ano de antecedência, pois foi atingido em 1969 o índice de 86%, com o total de 302.000 crianças escolarizadas. A rede física do ensino foi ampliada com a construção de mais 515 salas de aula. O investimento em construção de salas no triênio 67/69 foi da ordem de Cr\$ 7.000.000,00, dos quais o P.N.E. contribuiu com Cr\$ 2.000.000,00 e o Estado com Cr\$ 5.000.000,00. Os ensinos pré-primários, primário e médio apresentaram excelentes índices de expansão. Bons resultados foram alcançados no Setor de Excepcionais com 436 alunos, no ensino de artes práticas com 2.180 e na alfabetização de adolescentes e adultos com 14.870 alunos. Especial desvêlo foi dedicado ao treinamento, aperfeiçoamento e especialização do pessoal docente dos diversos graus de ensino, com a promoção de cursos, seminários e semanas pedagógicas. Após aprovação em concurso, foram nomeados 1.144 professores para os ensinos primário e pré-primário, e 522 para o ensino médio. Com recursos estaduais, federais e de

outras fontes, a alimentação escolar aplicou recursos num montante superior a 8 milhões de cruzeiros. De elevada significação social e educacional, o Programa de Oportunidades Iguais no Ensino Médio beneficiou 10.953 estudantes sem recursos.

SAÚDE — A recuperação e ampliação das unidades sanitárias possibilitou, em 1969, o atendimento a 425.408 pessoas. Preocupação constante mereceu a profilaxia das doenças transmissíveis, com a aplicação de 706.966 doses de vacinas. Pela primeira vez foi aplicada, no Estado, a vacina contra o sarampo e, também pela primeira vez, foi realizada a campanha de erradicação de varíola. O atendimento odontológico a escolares executou 89.315 serviços. Com a aplicação do sistema de administração descentralizada na Saúde, através da Fundação Hospitalar, a rede hospitalar oficial vem ganhando novo dinamismo, reduzindo os entraves burocráticos e proporcionando maior rapidez na movimentação de recursos.

AGRICULTURA — Além do impulso que, de modo geral, se procurou imprimir aos setores de promoção e produção agropecuária, de experimentação, pesquisa e crédito rural, alguns fatos aparecem com mais destaque, como, por exemplo, a preparação de 11 milhões de mudas de café, a inclusão do Espírito Santo no Projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, que carreará para o Estado, só do Banco Interamericano de Desenvolvimento, recursos da ordem de 23 milhões de cruzeiros, e o plantio de mais de 11 milhões de árvores, com investimento de quase 9 milhões de cruzeiros. A safra de café e cereais prevista para o ano agrícola 1969/70 deverá alcançar números excepcionais.

INFRA-ESTRUTURA — A criação de uma infra-estrutura adequada para o desenvolvimento, ao lado da educação e da saúde, ocupou a parcela mais ponderável dos esforços do Governo. Energia, comunicação, transporte, saneamento básico, estão, paulatinamente, cobrindo todo o território e levando os benefícios do progresso a toda a população capixaba. No setor de energia, foram construídas centenas de quilômetros de linhas de transmissão, destacando-se a execução do Plano de Eletrificação do Norte do Estado.

O Programa Estadual de Comunicações Telefônicas, escalonado em três etapas, teve totalmente concluída sua primeira etapa e realizados noventa por cento dos serviços programados para a 2a. e 3a. etapas.

O setor rodoviário, beneficiando-se da conclusão da BR-262 e prosseguimento das obras da BR-101, desenvolve-se dentro de um perfeito sistema integrado, com os chamados Projetos "Espinha de Peixe". Concluiu-se a implantação básica de 253 quilômetros de rodovias, ampliando-se, também, consideravelmente a rede pavimentada.

Com recursos próprios ou através de convênios, o Governo, no setor de saneamento, orientou seus esforços no sentido de implantar serviços de abastecimento de água no interior do Estado e equacionar os problemas da Grande Vitória.

Os melhoramentos introduzidos no Pôrto de Vitória, assim como a melhor estruturação dos serviços portuários possibilitaram considerável incremento de suas atividades, movimentando 5 milhões de toneladas a mais do que em 1968. O Superavit de quase 2 milhões de cruzeiros em 1969, comparado com o deficit de 700 mil do exercício anterior, comprova o acêrto da administração. O plano Diretor de Expansão e Melhoramento do Pôrto de Vitória, já elaborado, vai colocá-lo na posição de eminência que lhe cabe no desenvolvimento do Espírito Santo.

OUTROS SETORES — Os programas de construção de habitações populares, de bem-estar social, de segurança, de administração geral, receberam do Governo a atenção exigida pela importância de cada um deles.

AÇÃO EXTERNA — Em mensagens anteriores assinalávamos que se fazia imprescindível a afluência de fatores exógenos para viabilizar o desenvolvimento capixaba. Particularmente importante era a obtenção de recursos federais. Mercê de uma integração consciente nos objetivos e ideais revolucionários, conseguimos convencer as autoridades federais da seriedade de propósitos de nosso Governo. O trabalho constante e abnegado dava substância a nosso esforço de persuasão. A par disso, criamos mecanismos econômico-financeiros capazes de garantir uma aplicação racional e adequada desses recursos. O fruto compensador desse esforço

foi uma vasta atuação dos órgãos federais, com investimentos decisivos em vários setores, especialmente em infra-estrutura, saúde e educação. O coroamento supremo de nossa batalha deu-se com a conquista dos incentivos fiscais para o Espírito Santo, cuja repercussão benéfica para nossa economia faz dele o ponto de partida para uma grande arrancada. Ademais da boa vontade do Governo Central, promovemos intensa divulgação das possibilidades econômicas do Espírito Santo, com o objetivo de atrair investidores de outros Estados. Hoje o Espírito Santo é uma presença no Brasil.

RESULTADOS DE 1969
EM CADA SETOR DA ADMINISTRAÇÃO
I — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Orçamento Programa para o exercício financeiro de 1969 — Lei n.º 2359, de 2 de dezembro de 1968 — estimou a RECEITA e fixou a DESPESA em Cr\$ 153.373.112,00, incluindo “Operações de Crédito do valor de Cr\$ 27.550.059,00 destinados à complementação de fundos a aplicar em projetos de desenvolvimento.

As modificações introduzidas no Plano Plurianual de Investimentos para o triênio 1969/1971, aprovadas pela Lei n.º 2466 de 17-11-69, motivaram a abertura dos Créditos adicionais constantes do Decreto n.º 82-E, de 15 de dezembro para NCr\$ 163.925.875,00 a cifra global da DESPESA AUTORIZADA. O acréscimo, da ordem de NCr\$ 10.552.763,00, foi integralmente compensado pelo produto da participação no Fundo Especial a que se refere o art. 25, inciso III, da Constituição Federal — receita que não constava na previsão orçamentária — e pelo excesso verificado nas cotas transferidas do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes. Esses ingressos foram considerados, isoladamente, recursos disponíveis para os mencionados créditos, tendo-se em vista sua destinação obrigatória a Despesas de Capital.

Os demais créditos suplementares e especiais abertos no exercício tiveram contrapartida na real economia formada por cancelamentos de dotações, de acordo com o art. 43, § 1.º, inciso III, da Lei n.º 4320.

A realização de, apenas, 3,8% das Operações de Crédito e o comportamento da Receita Tributária e de Transferências em níveis abaixo dos previstos, não permitiram manter o equilíbrio orçamentário inicial, apesar do congelamento definitivo de verbas compressíveis em montante superior a NCr\$ 27.000.000,00, encerrando-se o exercício com os seguintes resultados globais:

RECEITA ARRECADADA

Tributos, rendas e transferências	122.088.456,40
Suprimento de Fundos (Operações de Crédito	1.036.333,12
Total da Receita	123.124.789,52

DESPESA REALIZADA	136.598.786,78
DEFICIT DE EXECUÇÃO	13.473.997,26
Percentagem do Deficit	10,9%

O saldo negativo apurado, em sua totalidade repousa nos Recursos e Aplicações de Capital. Aqueles, estimados em NCr\$ 59.857.948,00, só alcançaram NCr\$ 35.267.074,21 e estas, atingiram NCr\$ 48.741.071,47, como se demonstra a seguir:

RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE

Receitas Correntes	89.192.615,23
Despesas Correntes	87.857.715,31
Superavit	1.334.892,92

RESULTADO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL

Recursos

Superavit do Orçamento Corrente	1.334.899,92	
Suprimento de Fundos por operações de Crédito	1.036.333,12	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	352.151,63	
Transferências de Capital	32.543.689,55	35.267.074,21

Aplicação

Investimentos	19.979.242,41	
Inversões Financeiras	7.710.978,48	
Transferências de Capital	21.050.850,58	48.741.071,47
Maior aplicação		13.473.997,26

A RECEITA GERAL ARRECADADA, em confronto com a orçada registra uma variação para menor de 19,1% :

Orçada	153.373.112,00
Arrecadada	123.124.789,52
Menor arrecadação	30.248.322,48
Porc. da diferença	19,1%

O quadro seguinte indica as variações ocorridas entre a RECEITA PREVISTA e a ARRECADADA, segundo as Categorias Econômicas.

CONFRONTO ENTRE A RECEITA ORÇADA E A ARRECADADA

Categoria	Orçada	Arrecadada	VARIACÃO	
			NCr\$	%
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária	83.384.831,00	72.276.135,96	(—) 11.108.695,04	13,3
Receita Patrimonial	227.050,00	1.084.477,71	857.427,71	377,0
Receita Industrial	1.400.000,00	1.061.284,02	(—) 338.715,98	24,2
Transferências Correntes	16.451.772,00	12.616.399,38	(—) 3.835.372,62	23,3
Receitas Diversas	1.662.500,00	2.154.318,16	491.818,16	29,5
Total de Receitas Correntes	103.126.153,00	89.192.615,23	(—) 13.933.537,77	
RECEITA DE CAPITAL				
Operações de Crédito	27.050.059,00	1.036.333,12	(—) 26.513.725,88	12,5
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	1.927.700,00	352.151,62	(—) 1.575.554,38	81,7
Transferências de Capital	20.769.200,00	32.543.689,55	11.774.489,55	56,8
Total de Receitas de Capital	50.246.959,00	33.932.174,29	(—) 16.314.784,71	32,4
Total da Receita	153.373.112,00	123.124.789,52	(—) 30.248.322,48	19,1

Cotejada com a Receita do exercício anterior a arrecadação de 1969 apresenta as seguintes variações com um incremento global de 19,6%

RECEITA — Em NCr\$ 1,00					
Categoria Econômica	1968	1969	Variação		
			NCr\$	%	
RECEITAS CORRENTES					
Tributária	55 520 580	72 276 135	16 755 55	30,0	
Patrimonial	455 539	1 084 477	628 938	138,0	
Industrial	9 330 691	1 061 284	8 269 407	89,9	
Transferências Correntes	11 343 081	12 616 399	1 273 318	11,2	
Receitas Diversas	2 249 030	2 154 318	94 712	4,2	
Total de Receitas Correntes	78 898 921	89 192 613	10 293 692	13,0	
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito	4 030 975	1 036 333	(—)	25,6	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis . .	5 990 617	352 151	(—)	94,1	
Transferências de Capital	14 026 544	32 543 689	18 517 145	131,2	
Total de Receitas de Capital	24 048 136	33 932 173	9 884 037	14,1	
Total Geral	102 947 957	123 124 786	20 176 829	19,6	

O descenso da Receita Industrial se justifica pela não inclusão no Orçamento Geral das rendas e despesas da Administração do Porto de Vitória, autarquizada no final do exercício de 1968.

DESPESA

A DESPESA REALIZADA ficou assim distribuída, por Órgãos Administrativos e por Programas ou Funções:

Órgãos	NCr\$	%
Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares	3.182.947,31	2,3
Poder Judiciário	2.300.706,62	1,7
Poder Executivo:		
Governadoria do Estado	6.221.791,72	4,5
Depart.º de Administração Geral ...	13.535.029,91	9,9
Consultoria Geral do Estado	91.495,00	0,1
Secretaria de Agricultura	4.695.292,00	3,4
Secretaria de Educação e Cultura ...	33.419.885,73	24,5
Secretaria da Fazenda	13.329.387,20	9,7
Secretaria de Indústria e Comércio	2.210.590,38	1,6
Secretaria do Interior e Assuntos da		
Justiça	3.289.084,94	2,4
Secretaria de Saúde e Assistência ...	10.498.411,10	7,7
Secretaria de Segurança Pública ...	10.089.225,20	7,6
Secretaria de Serviços Públicos Espe-		
ciais	32.053.993,87	23,4
Secretaria de Serviços Sociais	1.680.945,20	1,2
T o t a l	136.598.786,78	100,0

Programas ou Funções

0 — Governo e Administração Geral ..	14.890.486,76	10,9
1 — Administração Financeira	11.296.276,60	8,3
3 — Defesa e Segurança	9.993.388,86	7,0
4 — Recursos Naturais e Agropecuários	8.058.484,40	6,0
Viação, Transportes e Comunica-		
ções	23.524.121,39	17,3
Indústria e Comércio	4.819.468,90	3,6
Educação e Cultura	33.373.691,40	24,4
S a ú d e	10.298.038,95	7,6

Bem Estar Social	18.020.933,78	13,2
Habitação e Serviços Urbanos ...	2.323.895,74	1,7
T o t a l	136.598.786,78	100,0

Do total da despesa realizada foram pagos no exercício NCr\$ 110.559.286,69 e inscrita em Restos a Pagar, a importância de NCr\$ 26.030.500,09, desdobrando-se a inscrição em:

Despesas processadas	18.511.521,72
Despesas não processadas	7.527.978,37

A lei n.º 4320, de normas financeiras, define como Despesas não Processadas ou não liquidadas as relativas a empenhos cujo pagamento esteja na dependência de verificação do direito adquirido pelo credor.

RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS DE 1964/1969
Em NCr\$ 1.000 —

Anos	Receita	Despesa	Superavit (+) Deficit (—)	%
1964	16.431	18.316	— 1.885	11,4
1965	29.661	33.670	— 4.009	13,5
1966	41.691	47.123	— 5.432	13,0
1967	51.004	64.366	— 13.362	26,1
1968	102.947	98.193	+ 4.754	4,1
1969	123.124	136.598	— 13.474	10,9

BALANÇO FINANCEIRO

As operações de tesouraria — orçamentárias e extra-orçamentárias — somaram, aquelas, NCr\$ 168.491.353,52 e estas NCr\$ 163.296.507,60 — compondo-se da seguinte forma:

R E C E I T A

Arrecadação orçamentária	123.124.789,52
Recebimentos de depósitos e de outras origens não orçamentárias	45.366.564,00
T o t a l	168.491.353,52

DESPESA

Pagamentos orçamentários	110.559.286,69
Extinção de restos a pagar	10.664.292,15
Restituição de depósitos e outros pagamentos extraorçamentários	42.072.928,76
T o t a l	163.296.507,60

Os recursos de tesouraria ou saldos em espécie existentes em caixa e bancos, transferidos do exercício anterior somavam NCr\$ 9.390.293,75 e os transferidos ao corrente ano importaram em NCr\$ 14.585.139,67.

Deve-se adicionar às disponibilidades vindas de 1969 a parcela de NCr\$ 730.703,35 relativa ao saldo de suprimentos de fundos concedidos a órgãos em Regime Especial de Administração e que, debitada aos responsáveis individualmente, permaneceu em depósito bancário para utilização em “Cotas de Desembolso” dos mesmos órgãos no atual exercício.

Dos saldos em bancos, a quantia de NCr\$ 4.569.921,55 mantida em conta especial no Banco do Brasil corresponde a resíduos a pagar de despesas de Capital compreendidos no Plano de Aplicação do Fundo de Participação dos Estados, referente ao exercício de 1969.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Patrimônio Líquido foi melhorado por um Superavit de NCr\$ 34.752.878,11, desaparecendo o Passivo Real Descoberto de balanços anteriores e passando a apresentar o Ativo Real Líquido de NCr\$ 34.649.378,37 que pode ser resumido assim:

VARIAÇÕES ATIVAS

Mutações consequentes da Execução Orçamentária	20.545.745,60
Efeitos extraorçamentários	33.333.837,39
	<u>53.879.582,99</u>

VARIAÇÕES PASSIVAS

Mutações resultantes da Execução Orçamentária	1.532.933,23
Efeitos extraorçamentários	4.119.774,39

S o m a 5.652.707,62

Deficit orçamentário 13.473.997,26 — 19.126.704,88

Superavit do exercício 34.752.878,11

Passivo Real Descoberto no Balanço anterior

(—) 103.499,74

Ativo Real Líquido 34.649.378,37

Das variações ativas independentes da Execução Orçamentária, NCr\$ 26.576.377,60 correspondem às seguintes inscrições na conta “Valores Diversos do Estado — subconta “Participações em Sociedades de Capital Misto e Empresas Públicas”:

Ações da CESAN integralizadas com o acervo de bens do ex-Departamento de Água e Esgotos transferido ao Estado na transformação do órgão em sociedade de economia mista .. 14.987.050,00

Aumento de ações da PETROBRÁS e da Rêde Ferroviária Federal, decorrente da conversão de dividendos e bonificações distribuídos em exercícios anteriores 5.933.920,60

Duplicação de ações do Banco do Estado do Espírito Santo S/A proveniente da bonificação de 100% atribuída em 1969 3.337.461,00

Ações da Companhia Telefônica do Espírito Santo integralizadas por crédito do Estado resultante de financiamento em 1968 para instalação de circuitos telefônicos interurbanos 560.000,00

Ações da Cia. de Óleos Araribóia integralizadas pela transferência de usinas de extração de óleo 581.000,00

Ações da COPESA, integralizadas com o valor de bens do extinto Entrepasto Frigorífico de Vitória 800.855,00

Ações da COFAI, da CESMEL e da CODES, integralizadas por dotação de 1968 transferida de Restos a Pagar	375.040,00
Valor escriturado a menos em 1962 referente a aquisição de ações da Companhia de Armazens e Silos do Espírito Santo	1.051,00
T o t a l	26.576.377,60

Salientam-se, ainda, nas variações verificadas à margem da Execução Orçamentária as seguintes:

Incorporação de prédios cujas obras foram iniciadas em 1968 e concluídas em 1969	1.570.410,43
Inscrição de débitos de diversas empresas consistentes na retenção de dividendos do Estado distribuídos em exercícios anteriores	730.124,42
Incorporação de bens móveis — valor de despesas empenhada em 1968 e liquidada em 1969	144.657,53

Entre as variações passivas ou negativas de natureza extraorçamentária figuram:

1) baixa de ações da PETROBRÁS transferidas à Fundação do Bem Estar do Menor, nos termos da Lei n.º 2.469, de 19/11/69	2.371.857,00
2) desincorporação do valor de bens imóveis e de natureza industrial transferidos a diversas empresas de capital misto para integralização de ações do Estado	1.169.541,89
3) baixa de dívida da Cia. Telefônica do Espírito Santo pela conversão em ações do Estado	560.000,00

DÍVIDA PASSIVA

Dívida Flutuante

Os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores (1953/1961) foram rebaixados de NCr\$ 24.701.126,04 para NCr\$ 13.196.932,86, amortizando-se por pagamentos e transferências o montante de NCr\$ 10.912.781,03 e cancelando-se créditos julgados insubsistentes, ou legalmente prescritos, no

valor de NCr\$ 591.412,88. Com a inscrição de resíduos da despesa empenhada no exercício, esta conta teve seu saldo majorado para NCr\$ 39.236.432,95.

Na conta "Serviços da Dívida a Pagar", houve pagamentos no valor de NCr\$ 338,56 e nova inscrição em montante de NCr\$ 345.537,32.

Sob o título "Depósitos" o movimento do exercício registra um acréscimo líquido de NCr\$ 50.659,71 sobre o saldo anterior.

Na conta "Credores Diversos", as subcontas "Obrigações do Tesouro" e "Diversas Contas", o saldo anterior de NCr\$ 2.705.227,54 foi reduzido por pagamentos e transferências a NCr\$ 187.736,95 e acrescido do valor de NCr\$..... 6.000.000,00 correspondente a emissão de promissórias em operações de antecipação da receita.

Dívida Fundada Interna

Constitui-se de "Títulos da Dívida Pública" e "Empréstimos Contratados".

O movimento do exercício registra mutações aumentativas no valor de NCr\$ 1.054.707,62 e mutações redutivas de NCr\$ 442.416,69.

A parcela do aumento inclui NCr\$ 18.374,50 que foi escriturada a menos em 1967, relativamente ao empréstimo contratado com o Banco do Estado do Espírito Santo S/A.

O total dos compromissos, que era de NCr\$ 7.137.323,86 em 1968, passou para NCr\$ 7.749.614,79 no encerramento do exercício de 1969.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DA FAZENDA

Reuniões mensais com os chefes de Região e melhoria nos serviços de rádio-comunicações, com a montagem de aparelhos de recepção e transmissão nas sedes das Regiões Administrativas, permitiram bom desempenho dos serviços de arrecadação do Estado.

Foram construídos novos postos fiscais em: Pequiá, Zé Teodoro, Safra, Major Lugon, Ponte de Itabapoana, Apiacá, Cristal e Carapina.

Promoveu-se a restauração dos postos fiscais de Décio Gonçalves Lima, Santa Luzia, Rio Preto e Maria das Graças.

Quinze contratos de locação possibilitaram a instalação de Escrivanias Fiscais em prédios mais adequados.

O intenso trabalho da fiscalização estadual conduziu à aplicação de multas no montante de Cr\$ 1.207.644,12.

Como fiscalização indireta mencione-se o plano "Seus Talões Valem Milhões", que efetuou troca de 6 séries, no total de 6.000.000 de cupons.

CADASTRO DE CONTRIBUINTES

O Cadastro Geral de Contribuintes apresentava em 31-12-69 o seguinte quadro:

Regiões	Comerciantes	Produtores
1. ^a RAAF	4.417	141
2. ^a RAAF	1.825	857
3. ^a RAAF	1.985	985
4. ^a RAAF	543	197
5. ^a RAAF	844	606
6. ^a RAAF	649	999
7. ^a RAAF	928	836

ARRECAÇÃO — Excelente resultado vem alcançando o sistema de arrecadação através da rede bancária, implantado na área da Grande Vitória e devendo estender-se brevemente ao interior do Estado.

OUTROS — O Conselho Estadual de Recursos Fiscais, em
REGISTROS 62 reuniões, julgou 271 processos e determinou diligência para 26.

Foi iniciado com bom resultado o pagamento do funcionalismo através da rede bancária. Atualmente, 4.020 funcionários recebem através do Banco do Estado, mas providências estão sendo tomadas para estender o sistema ao restante do funcionalismo.

Como resultado de inquérito administrativo, 14 funcionários da Fazenda Pública Estadual foram demitidos com a nota “a bem do serviço público”.

Embora transferido para o Departamento Estadual de Trânsito, o Serviço de Veículos continua executado pela Divisão da Receita, que recebeu 14.120 certificados de registro de veículos e efetuou 31.122 renovações de registro.

O trabalho desenvolvido pela Divisão da Receita refletiu-se na arrecadação tributária que alcançou Cr\$. 72.281.500,00, superior em 35% à do exercício de 1968.

AGENTES FINANCEIROS DO DESENVOLVIMENTO

AGENTES FINANCEIROS DO DESENVOLVIMENTO

a) Banco do Estado do Espírito Santo.

O Estado conta com dois agentes financeiros do desenvolvimento de grande expressão: o Banco do Estado do Espírito Santo S.A — BANESTES, e o Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. — BANDES.

O Banco do Estado do Espírito Santo, mercê de uma modernização progressiva de sua política e de seus serviços, vem conseguindo animadora expansão de suas atividades, conforme demonstram os números adiante apresentados.

As vicissitudes da economia estadual repercutem grandemente no movimento do Banco. Assim a diminuta safra de café, produto que ainda aparece como das mais expressivas fontes de receita estadual, apesar da grande erradicação, acarretou dificuldades, sem impedir, todavia, a consecução de animadores resultados.

A política de crédito objetivou, principalmente, os setores de produção, com vistas a incrementar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, num esforço conjugado com a assistência técnica, no sentido de diversificar as lavouras e aperfeiçoar os rebanhos financiados pela Carteira de Crédito Rural e Industrial.

Ao comércio, à indústria e às atividades não especificadas (nestas predominando o setor de transportes), procurou-se suprir as necessidades de capital de giro. Igualmente significativa foi a colaboração emprestada aos órgãos governamentais, dentro das respectivas programações orçamentárias, sempre com observância das normas regulamentadoras do crédito.

A orientação de trazer recursos de fora, sob a forma de repasses, para incrementar nosso desenvolvimento, fica patenteada pelos saldos em últimos dias dos semestres de 1969, de

empréstimos e depósitos, assim expressados em milhares de cruzeiros

	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS
30.06.69	63.831	47.786
31.12.69	87.435	62.527

O ano de 1970 apresenta-se com melhores perspectivas em todos os setores, em decorrência não só da grande safra de café esperada, como também pelas significativas colheitas de cereais e pelo constante crescimento da produção de leite, aves e ovos.

Como programa de vulto, do qual o BANESTES funcionará como Agente Financeiro, no Estado, pode-se citar o da pecuária de corte, beneficiando a região norte do Espírito Santo, cujo convênio prevê a alocação de cerca de Cr\$ 23 milhões, na etapa inicial.

O Banco deverá, ainda, repassar recursos destinados à renovação da lavoura cafeeira, oriundos do Instituto Brasileiro do Café.

RECURSOS GLOBAIS — Os recursos globais aplicados pelo Banco, no último quinquênio, assim se expressaram:

	Recursos Globais	Variação Anual %
Ano de 1965	Cr\$ 15.626.835	100,0%
Ano de 1966	Cr\$ 23.369.170	149,5%
Ano de 1967	Cr\$ 34.839.571	222,9%
Ano de 1968	Cr\$ 75.350.465	482,1%
Ano de 1969	Cr\$ 117.795.184	753,8%

Constata-se, assim, uma expansão de 654% em relação ao primeiro ano do período comparado.

RECURSOS PRÓPRIOS — Os recursos próprios do Banco tiveram crescimento de 1.350% entre dezembro de 1965 e dezembro de 1969. Contribuíram de maneira decisiva para esse incremento, nos exercícios de 1968 e 1969, as elevações do Capital Social de Cr\$ 1.500.000,00 pa-

ra Cr\$ 5.000.000,00 e de Cr\$ 5.000.000,00 para Cr\$ 10.000.000,00, respectivamente, mediante subscrição de novas ações, reavaliação do Ativo Imobilizado e distribuição de reservas constituídas. Tais elevações ensejaram aos acionistas benefícios da ordem de 200% entre outubro de 1968 e junho de 1969, considerados dividendos e bonificações distribuídos, graças, principalmente, ao programa de autocapitalização seguido pela administração da empresa.

Os quadros a seguir confirmam as assertivas feitas e demonstram que em nosso Estado constitui ainda bom negócio investir em ações desse Estabelecimento; eis que, em 1968, quando nosso Capital era de Cr\$ 5.000.000,00 as reservas livres constituídas representavam 11,7% daquele montante, enquanto agora tais reservas correspondem a 20,8% do Capital de Cr\$ 10.000.000,00.

VANTAGENS AOS ACIONISTAS:

DATAS	%	DISTRIBUIÇÃO
Outubro de 1968	80%	De bonificação com distribuição de reservas
Dezembro de 1968	12%	De dividendo semestral
Junho de 1969	100%	De bonificação por distribuição de reservas livres, inclusive reavaliação do Ativo
Junho de 1969	8%	De dividendo semestral
	200%	

RECURSOS DE TERCEIROS — Os recursos de terceiros tiveram, por sua vez, incremento bastante significativo, passando de Cr\$ 14.664.993, em dezembro de 1965, para 103.843.961, em dezembro de 1969,

empréstimos e depósitos, assim expressados em milhares de cruzeiros

	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS
30.06.69	63.831	47.786
31.12.69	87.435	62.527

O ano de 1970 apresenta-se com melhores perspectivas em todos os setores, em decorrência não só da grande safra de café esperada, como também pelas significativas colheitas de cereais e pelo constante crescimento da produção de leite, aves e ovos.

Como programa de vulto, do qual o BANESTES funcionará como Agente Financeiro, no Estado, pode-se citar o da pecuária de corte, beneficiando a região norte do Espírito Santo, cujo convênio prevê a alocação de cerca de Cr\$ 23 milhões, na etapa inicial.

O Banco deverá, ainda, repassar recursos destinados à renovação da lavoura cafeeira, oriundos do Instituto Brasileiro do Café.

RECURSOS GLOBAIS — Os recursos globais aplicados pelo Banco, no último quinquênio, assim se expressaram:

	Recursos Globais	Varição Anual %
Ano de 1965	Cr\$ 15.626.835	100,0%
Ano de 1966	Cr\$ 23.369.170	149,5%
Ano de 1967	Cr\$ 34.839.571	222,9%
Ano de 1968	Cr\$ 75.350.465	482,1%
Ano de 1969	Cr\$ 117.795.184	753,8%

Constata-se, assim, uma expansão de 654% em relação ao primeiro ano do período comparado.

RECURSOS PRÓPRIOS — Os recursos próprios do Banco tiveram crescimento de 1.350% entre dezembro de 1965 e dezembro de 1969. Contribuíram de maneira decisiva para esse incremento, nos exercícios de 1968 e 1969, as elevações do Capital Social de Cr\$ 1.500.000,00 pa-

ra Cr\$ 5.000.000,00 e de Cr\$ 5.000.000,00 para Cr\$ 10.000.000,00, respectivamente, mediante subscrição de novas ações, reavaliação do Ativo Imobilizado e distribuição de reservas constituídas. Tais elevações ensejaram aos acionistas benefícios da ordem de 200% entre outubro de 1968 e junho de 1969, considerados dividendos e bonificações distribuídos, graças, principalmente, ao programa de autocapitalização seguido pela administração da empresa.

Os quadros a seguir confirmam as assertivas feitas e demonstram que em nosso Estado constitui ainda bom negócio investir em ações dêsse Estabelecimento; eis que, em 1968, quando nosso Capital era de Cr\$ 5.000.000,00 as reservas livres constituídas representavam 11,7% daquele montante, enquanto agora tais reservas correspondem a 20,8% do Capital de Cr\$ 10.000.000,00.

VANTAGENS AOS ACIONISTAS:

DATAS	%	DISTRIBUIÇÃO
Outubro de 1968	80%	De bonificação com distribuição de reservas
Dezembro de 1968	12%	De dividendo semestral
Junho de 1969	100%	De bonificação por distribuição de reservas livres, inclusive reavaliação do Ativo
Junho de 1969	8%	De dividendo semestral
	200%	

RECURSOS DE TERCEIROS — Os recursos de terceiros tiveram, por sua vez, incremento bastante significativo, passando de Cr\$ 14.664.993, em dezembro de 1965, para 103.843.961, em dezembro de 1969,

com elevação de 608%, em números redondos, conforme especificado a seguir:

	Total	Variação Anual %
Ano de 1965	Cr\$ 14.664.993	100%
Ano de 1966	Cr\$ 21.968.200	149,8%
Ano de 1967	Cr\$ 32.473.431	221,4%
Ano de 1968	Cr\$ 68.621.249	467,9%
Ano de 1969	Cr\$ 103.843.961	708,1%

DEPÓSITOS — Os depósitos, de dezembro de 1965 a dezembro de 1969, aumentaram em termos nominais de Cr\$ 11.424.312 para NCr\$ 62.526.509, crescendo cerca de 447%. O ano de 1969 caracterizou-se por uma elevação acentuada no montante dos depósitos, principalmente no segundo semestre, após melhorarem as condições de nossa economia, verificando-se elevação de nada menos de 36% em apenas sete meses. Muito contribuiu para êsse incremento a participação do Poder Público, já que passou de um índice de 10,5% em relação aos depósitos totais, em dezembro de 1965, para 28,5% em dezembro de 1969.

REPASSES — As operações da Carteira de Crédito Rural e Industrial encontraram nos repasses sua principal fonte de crescimento. Assim é que em dezembro de 1965 contou-se com NCr\$ 1.934.469 de recursos vindos de fora do Estado, enquanto em dezembro de 1969 encerrou-se o balanço do exercício com NCr\$ 32.559.680 desses recursos aplicados em diversos setores de atividades, com obediência a programação que dá realce a assistência técnica e à segurança na respectiva distribuição dos créditos.

APLICAÇÕES GLOBAIS — O crescimento dos depósitos, a elevação do Capital Social e os recursos oriundos das operações de repasses possibilitaram incrementar as aplicações em nada menos de 939%, em relação ao ano de 1965. Em dezembro de 1969 as aplicações superaram em 40% o volume de depósitos, numa demonstração de que os repasses conseguidos juntos ao BID, ao BNH e ao Banco Central do Brasil, foram realmente expressivos.

SETOR AGRÍCOLA — As aplicações do Setor Agrícola, de dezembro de 1965 a dezembro de 1969, alcançaram aumento de 821%, atingindo NCr\$ 16.331.982 em 31-12-69, contra NCr\$ 1.772.464 em 31-12-65.

SETOR INDUSTRIAL — Criado em setembro de 1968, o Setor Industrial alcançou, em 31.12.69, o montante contratado de Cr\$ 30.174.047 dos quais foram utilizados Cr\$ 13.040.844, até aquela data. Consignamos a contribuição do Banco Nacional de Habitação para o Setor, pois com recursos do Sistema Nacional de Habitação foram beneficiados nada menos de 1.242 unidades residenciais localizadas em várias comunidades de nosso Estado, utilizando os programas do RECON (Refinanciamento de Material de Construção), REINVEST (Refinanciamento de Capital de Investimentos) e REGIR (Refinanciamento de Capital de Giro) de empresas produtoras e distribuidoras de material de construção e mercado de hipoteca.

Como Agente Financeiro do BNH, o Banco firmou ainda convênio com aquela Autarquia para repassar financiamentos destinados a melhoramentos de Serviços de água e esgotos em cerca de 40 localidades diferentes do Estado.

EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES DO SETOR INDUSTRIAL E AGRÍCOLA

Setor					
Agric.	1.772.464	3.788.760	3.232.784	10.997.232	16.331.982
Setor					
Ind.	—	—	—	1.781.727	13.040.844
Total					
Cr\$	1.722.464	3.788.760	3.232.784	12.778.959	29.372.826

No setor industrial, verifica-se, de 1968 para 1969, uma variação de 100% para 731,9%.

CRÉDITO GERAL — Da aplicação global do Banco, Cr\$ 58.059.261, ou seja 66,4%, foram aplicados pela Carteira de Crédito Geral. Dêsse montante, apenas Cr\$ 13.441.178 destinaram-se a transações com órgãos do Governo do Estado, inclusive Cr\$ 5.577.000 com recursos

oriundos do Plano de Unidades Federativas, do Banco Central do Brasil. Atendemos prioritariamente atividades como a Produção, o Comércio, a Indústria, a Pecuária e Transportes, destinando ainda parcela razoável a particulares.

LUCROS**EVOLUÇÃO DOS LUCROS DO QUINQUENIO 65/69**

	1965	1966	1967	1968	1969
Cr\$	369.723	867.381	1.084.151	3.570.065	5.634.301
	100%	234%	293%	965%	1.523%

REFORMA ESTATUTÁRIA — Fêz-se uma reforma estatutária de profundidade, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 26.12.69, visando a dotar o Banco de estrutura mais condizente com a evolução de suas operações e com a sua condição de Instituição Financeira Oficial do Governo do Estado, adaptando os Estatutos Sociais à nova realidade do Estabelecimento, a exemplo do ocorrido com as Instituições Financeiras controladas pela maioria dos Estados da Federação.

Por essa reforma foi modificada a razão social de Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S.A. para Banco do Estado do Espírito Santo S.A. — (BANESTES).

BANDES — Outro agente financeiro de envergadura do Governo é o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. — BANDES, que em 11.12.69 substituiu a antiga CODES, em obediência à Resolução n. 93, de 26.06.68. do Banco Central que recomendava se transformassem em Bancos tôdas as Companhias de Desenvolvimento.

CAPITAL — Fato de grande importância na vida da instituição em 1969 foi o aumento de capital que se elevou de Cr\$ 750.000,00 para Cr\$ 10.780.000,00 e, posteriormente, para Cr\$ 15.000.000,00. No exercício de 1970, prevê-se novo aumento para Cr\$ 17.000.000,00, tendo em vista a necessidade e a possibilidade de aumentar a disponibilidade de recursos do Banco para suas operações financeiras. Tal elevação de capital ganha maior significação, se se considerar

que propicia grande ampliação da capacidade de efetivar contratos de repasse com instituições financeiras do país.

RECURSOS — Os recursos mobilizados pelo BANDES alcançaram em 1969 uma ampliação de mais de três milhões de cruzeiros em relação a 1968, em virtude, especialmente, do incremento da participação do Governo do Estado na composição dos recursos mobilizados. O esforço do Governo concentrou-se particularmente na integralização do capital e no convênio assinado com o Banco para a aplicação de uma dotação orçamentária em obras de eletrificação.

A Resolução 99, de 8.10.69, do Conselho Deliberativo do GERCA destinou Cr\$ 9.500.000,00 para operações de financiamento, em continuidade ao Convênio IBC-GERCA/CODES, assinado em 1967. Entretanto o Conselho Monetário Nacional liberou apenas o montante de Cr\$ 2.589.000,00.

Posterioriores gestões junto ao IBC/GERCA lograram a aprovação de recursos da ordem de Cr\$ 1.500.000,00, destinados a aplicação em reflorestamento, donde o seguinte quadro:

Discriminação	(Cr\$ 1,00)	
	Recursos a serem aplicados	Recursos Liberados
— Resolução 99	9.500.000	2.589.000
Financiamento à Agro-Indústria	5.500.000	1.497.000
Infra-Estrutura	4.000.000	1.092.000
— Dotação para Reflorestamento .	1.500.000	1.500.000

Os recursos mobilizados na área BNDE/FIPEME somaram Cr\$ 500.000,00 em 1968 e Cr\$ 1.500.000,00 em 1969, destinados a programas de investimentos.

Convênio de cooperação técnica assinado com a Companhia Vale do Rio Doce propiciou, através do Fundo de Melhoramento e Desenvolvimento da Zona do Rio Doce — FMDZDR, o financiamento de dois projetos, o primeiro em 1963, no valor de Cr\$ 28.000,00 e o segundo em 1969, no valor de Cr\$ 185.000,00.

O Acôrdio de Cooperação Financeira, firmado em 8.1.69 com a FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, permitiu a celebração de três contratos de financiamento ao setor público para a elaboração de estudos e projetos, no valor global de Cr\$ 515.000,00.

Em 1968 e 1969, o BANDES obteve credenciamento junto ao BNH, para operar com os subprogramas FIMACO, RE-INVEST e REGIR, destinados a financiamento da produção e distribuição de materiais de construção. O elevado custo do dinheiro impediu o aparecimento de tomadores.

O BANDES transferiu ao Banco do Estado e à ACAREF a participação no projeto de desenvolvimento da pecuária do corte, a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

Outras tentativas de mobilização de recursos foram cu estão sendo efetuadas junto a diversos órgãos, com a IAA, — IBC/GERCA etc.

Os recursos supramencionados, acrescidos dos dados de 1967 e 1968, compuseram, no triênio 1967/1969, o seguinte quadro:

QUADRO I

RECURSOS MOBILIZADOS SEGUNDO AS PRINCIPAIS FONTES — (1967/1969) — Cr\$ 1,00

Discriminação	ANO		
	1967	1968	1969
Recursos de Origem Estadual	353.240	396.760	3.458.040
Capital	353.240	396.760	2.577.040
Convênio Eletrificação	—	—	881.850
Recursos de Origem Federal	8.100.000	6.182.500	6.298.000
IBC/GERCA	8.100.000	5.654.500	4.089.000
BANDE/FIPEME	—	500.000	1.500.000
FINEP	—	—	515.000
CVRD/FMDZRD	—	28.000	185.000
TOTAL	8.453.240	6.579.260	9.747.890

Aplicação de Recursos — O início das operações ativas do BANDES se deu em fins de 1967, ano que foram financiados os três primeiros projetos. Nos anos de 1968 e 1969, concentra-se a atividade financiadora da Companhia, devendo-se observar o menor nível das operações diretas verificado no último ano em relação a 1968. O fato é explicado pela menor disponibilidade de recursos da CODES, no ano de 1969, decorrente do atraso das liberações dos recursos do GERCA — principal fonte de recursos da Companhia — por parte do Conselho Monetário Nacional. Ainda que, em termos de mobilização de recursos, houvesse certa compensação pelo aumento de capital em 1969, a integralização pelo Estado só se fez no final do exercício, não sendo possível, em tempo hábil, a efetivação de novos contratos de financiamento.

Quanto à distribuição geográfica das aplicações, sua ação financiadora estendeu-se por 29 Municípios do Estado, além dos projetos inter-municipais. Como era de se esperar, as chamadas áreas “pólos” absorveram maior parcela de recursos, citando-se a área metropolitana de Vitória (Municípios que constituem a Grande Vitória) com 24,6% do montante total; Cachoeiro de Itapemirim, com 12,8%; Colatina com 9,6%. Seguindo-se em importância, têm-se: Itapemirim, com 7,4% e Itarana, com 4,6%. Os Municípios citados absorveram, em seu conjunto, 59,0% dos recursos totais aplicados.

Os projetos intermunicipais de infra-estrutura, por sua vez, destinaram-se, logicamente, às regiões mais carentes de capital social básico no Estado, notadamente o Norte, em que se destacam o Projeto de Eletrificação de 10 Municípios, o Projeto de Comunicações Telefônicas do Norte, a implantação do trecho de Estrada São Domingos — São Gabriel — (ES-4), além das motoniveladoras financiadas para Prefeituras Municipais daquela região.

A discriminação das aplicações por setor acha-se apresentada a seguir:

DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS (Cr\$ 1,00)

	1967	1968	1969
PRÉ-INVESTIMENTOS	471.720	148.700	180.000
FINANCIAMENTOS			
— Infra-estrutura	—	3.156.640	1.379.940
— Indústria de transformação	330.600	5.398.890	5.014.061
— Reflorestamento	—	—	1.500.000

Pré-investimentos — A necessidade de se conhecer a problemática e as potencialidades da economia regional levou o BANDES a promover a elaboração de diversas pesquisas econômicas. Nessa área de pré-investimentos foram realizados, no triênio, importantes trabalhos, podendo-se destacar no exercício de 1969 as seguintes:

- a — Estudos de viabilidade para implantação de um Centro Industrial na Grande Vitória;
- b — Atualização e Revisão de "Alguns Indicadores Econômicos do Espírito Santo";
- c — Setor externo do Espírito Santo (em fase de redação);
- d — Setor Industrial do Espírito Santo (em fase de redação).

Em aplicação indireta de pré-investimento, o BANDES atuou como interveniente nos vários contratos de prestação de garantias correspondentes aos financiamentos concedidos pela FINEP, no montante de Cr\$ 515.000,00, a entidades ligadas ao setor público estadual (CESAN, DER e COPESA), objetivando a elaboração de estudos específicos.

O Conselho de Investimentos do BANDES emitiu em 1969 parecer favorável para prestação de fiança aos seguintes financiamentos solicitados à FINEP:

(Cr\$ 1,00)

Entidade	Objetivo	Custo total do Estado	Valor do Financiamento
----------	----------	-----------------------	------------------------

Secretaria de Serviços Públicos Especiais	Estudo da Urbanização da Praia do Suá	192.480	154.000
	Estudo da Urbanização da Ilha do Príncipe	182.530	146.000
Secretaria da Agricultura	Estudos do Aproveitamento dos Excedentes de Leite no Espírito Santo	120.000	96.000
	Plano de Desenvolvimento Turístico da Faixa Radioativa do Espírito Santo	265.000	212.000
Empresa Capixaba de Turismo (EMCATUR).			

Infra-estrutura — Os investimentos de infra-estrutura em 1969 montaram a Cr\$ 1.379.940.000,00 dos quais Cr\$ 1.190.000,00 com recursos do IBC/GERCA e Cr\$.. 189.940,00 com recursos próprios. Nesse particular, cumpre assinalar o esforço do BANDES no sentido de interiorizar sua atuação como agente dinamizador da economia capixaba, financiando projetos que beneficiem preponderantemente as regiões interioranas do Estado, onde os sinais de estagnação econômica se apresentam de maneira mais marcante.

SETOR INDUSTRIAL — O quadro de aplicação de recursos mostra que os estímulos financeiros concedidos pelo BANDES, nos seus três anos de funcionamento, voltaram-se principalmente para a implantação e ampliação de empreendimentos industriais, tendo em vista os objetivos para que foi criado.

A demanda de crédito para o setor foi considerável, registrando-se os seguintes montantes: Cr\$ 25.000.000,00 para 1967, 34.000.000,00 para 1968 e 27.000.000,00 para 1969. Os financiamentos concedidos foram em 1967, 1968 e 1969, respectivamente, Cr\$ 330.600,00, Cr\$ 5.398.890,00 e Cr\$ 5.014.061,00.

Em 1968 e 1969 o ramo Produtos Alimentares obteve, respectivamente, 70 e 55% dos empréstimos concedidos, seguindo-se, em volume de financiamento, os ramos Madeira, Mobiliário, Metalúrgica e outros.

No triênio 1967/1969, o financiamento industrial foi efetuado com recursos do IBC/GERCA (75%), BNDE/FIPEME (15%) e BANDES (10%).

REFLORESTAMENTO — O BANDES concedeu à empresa reflorestadora Aracruz Florestal S. A. empréstimo de Cr\$ 1.500.000,00, correspondente a dotação específica do IBC/GERCA para reflorestamento.

PROJETOS — Para o setor público o BANDES elaborou em 1969, os seguintes projetos:

Projeto de Linhas de Transmissão e Subestações — Cachoeiro de Itapemirim — Alegre — Guaçu (Empresa de Força e Luz Alegre Veado).

— Projeto Armazéns — Projeto de expansão da rede de armazéns do Espírito Santo.

— Síntese do Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola.

No setor privado, o Banco empenhou-se em incentivar a criação de escritórios particulares de planejamento dentro do Estado, entendendo que sua função deveria restringir-se, no caso, à análise dos projetos já elaborados. Ainda assim, elaborou, em 1969, 11 projetos para o setor privado, objetivando a implantação e ampliação de empreendimentos industriais.

Subsidiária CODES-CRED — O desempenho da subsidiária CODES-CRED no mercado de capital local apresenta-se expresso no Quadro abaixo pelo volume de aceites cambiais registrado em seus dois anos de funcionamento. Ressalta-se o extraordinário aumento verificado em 1969 que chega a superar a casa dos Cr\$ 12.000.000,00.

O Capital da CODES-CRED foi elevado para Cr\$ 1.000.000,00 pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24/02/69, publicada no Diário Oficial do Estado em 14/03/69. Na oportunidade, admitiu-se como acionista o

Banco do Estado do Espírito Santo S/A; que passou a compartilhar com a CODES o controle acionário da empresa na proporção seguintes: 51,26% para o segundo e 48,32% para o primeiro, cabendo aos demais acionistas menores o restante das ações. Novo aumento de capital está previsto para 1970, considerando-se que a proporção do volume de aceites cambiais sobre capital mais reservas está prestes a atingir o limite fixado pelo Banco Central (15 vezes). Pretende-se aumentar o capital para Cr\$ 2.000.000,00, mantendo-se os acionistas atuais com as mesmas proporções no controle acionário.

A expressiva confiança do público na CODES-CRED, consequência dos ótimos índices operacionais apresentados, justifica a grande aceitação das letras de câmbio no mercado.

O quadro registra também o volume de operações da CODES-CRED como agente financeiro do FINAME.

CODES-CRED — MOVIMENTO FINANCEIRO

(1968/1969)

Discriminação	(Cr\$ 1,00)	
	1968	1969
Capital Subscrito e Realizado	500.000	1.000.000
Volume de Aceites Cambiais	1.468.577	12.263.484
Receita	76.473	1.069.145
Despesas	34.053	763.850
Resultado	42.420	305.295
Valor Contratos Linha FINAME .	378.901	379.913

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

REFORMA ADMINISTRATIVA — Grande objetivo de nosso Governo foi a implantação de um moderno sistema de administração pública, instrumento indispensável para uma programação de sentido desenvolvimentista. Com a colaboração constante do Poder Legislativo, foi promulgada, em 17-7-67, a Lei da Reforma Administrativa, com o intuito de estabelecer uma nova filosofia de trabalho, proporcionando ao administrador princípios e normas fundamentais capazes de permitir uma reformulação dos arcaicos métodos existentes, abrindo novas perspectivas de ação administrativa.

O quadro legal da Reforma foi completado com a elaboração de 26 Leis Delegadas e uma série de decretos regulamentadores.

Os obstáculos para a implantação da Reforma foram imensos, mas haviam sido previstos. Estão sobejamente patentes os bons resultados alcançados no funcionamento das Secretarias e dos órgãos descentralizados, compondo um conjunto verdadeiramente dinâmico de toda a máquina administrativa.

SISTEMA DE ASSESSORAMENTO

Um estudo aprofundado da atividade administrativa verificou que todos os assuntos e problemas confluiam para três grandes áreas: econômico-financeira, administrativa e jurídica. Foi essa constatação que determinou a criação de um tripé de assessoramento formado pela Assessoria de Programação e Orçamento, Assessoria de Assuntos Administrativos Correntes e Assessoria Jurídica. Junto de cada Secretaria funcionam as três assessorias.

ASSESSORIAS JURÍDICAS — As Assessorias Jurídicas acham-se sob a coordenação da Consultoria Geral do Estado. Os claros existentes no quadro de pessoal da Consultoria e, especialmente, nas Assessorias Setoriais têm trazido inconvenientes para o perfeito funcionamento das assessorias jurídicas. Malgrado essa deficiência, grande é o volume de trabalho por elas apresentado.

Nas atividades setoriais das Assessorias Jurídicas foram obtidos os seguintes resultados:

	Pareceres
Secretaria de Educação e Cultura	100
Departamento de Administração Geral	35
Secretaria da Fazenda	205
Secretaria de Agricultura	746
Departamento de Terras e Colonização	63
Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça	99
	1.248

As Secretarias e órgãos da Administração Descentralizada que não têm assistente jurídico foram assistidos pelo Consultor Geral ou por assistentes especialmente designados.

A Consultoria apresentou informações em quatro mandados de segurança, uma arguição de inconstitucionalidade de artigo da Constituição Estadual e emitiu trinta e um pareceres.

Além de pareceres, foram executados inúmeros outros trabalhos de natureza jurídica.

ASSESSORIAS ADMINISTRATIVAS — As Assessorias de Assuntos Administrativos Correntes atuam sob a coordenação do Departamento de Administração Geral — DAG, com competência sobre a execução de atividades da administração geral, a orientação da política de assistência aos servidores do Estado e coordenação, orientação e controle das atividades administrativas.

As Assessorias Administrativas, junto de cada Secretaria, implantaram, remodelaram ou aperfeiçoaram, entre outros, os seguintes trabalhos:

- 1 — levantamento do pessoal lotado no órgão;
- 2 — apuração de irregularidades através de processos administrativos;
- 3 — organização dos arquivos de expediente;
- 4 — reorganização dos serviços de protocolo;
- 5 — reorganização dos serviços de expediente;

- 6 — levantamento bimestral das necessidades de material de consumo e permanente;
- 7 — estudos e projetos para reestruturação dos órgãos das Secretarias.

Registre-se, ainda, a instrução de processos elaboração de pareceres e informações, supervisão e fiscalização dos serviços administrativos, redação dos expedientes etc.

Os pareceres da Divisão Geral, quando aprovados pelo Governador e publicados no Diário Oficial, constituem jurisprudência administrativa.

DIRETORIA DE PESSOAL — Este órgão mantém o registro de todo o funcionalismo estadual dos Podêres Executivo, Legislativo e Judiciário, em número de 14.279 servidores.

Segundo êsse registro, é a seguinte a composição dos quadros do funcionalismo:

PODER EXECUTIVO

Ocupantes de cargos de provimento efetivo	12.368
Ocupantes de cargos de provimento em comissão	994
Contratados	226
Diaristas	75

PODER LEGISLATIVO 87

PODER JUDICIÁRIO 486

TRIBUNAL DE CONTAS 43

TOTAL 14.279

Atividades realizadas pela Diretoria:

provimento de cargos	1.393
provimento de funções de chefia	37
readaptações e enquadramentos	4
contratos em geral e renovações	207
dispensa de chefia	16
vacância de cargos	546
rescisão de contratos	41
remoções	135
estabilidade e efetivação	12

acumulação de cargos	240
transferências	21
gratificação adicional	2.270
gratificação de nível universitário	88
aposentadorias em geral	158
aposentadoria pela Lei Delegada n. 21	21
certidões	204
averbações de tempo de serviço	121
licença-prêmio e férias-prêmio	854
agregações	37
auxílio-doença	7
vantagem do que trata a Lei Delegada n. 1, Art. 1.º	20
criação de cargos	2.744
extinção de cargos	38
criação de funções gratificadas	79
extinção de funções gratificadas	14
novos níveis de vencimentos (Leis 2.391, 2.421, 2.419 e 2.428/69	6.652

Concursos Públicos — Foram realizados concursos públicos para os cargos de médico, dentista e veterinário com os seguintes resultados:

1. CARGOS DE MÉDICO

candidatos inscritos	25
inscrições indeferidas	2
não comparecimento	6
aprovações	17

2. CARGOS DE DENTISTA

candidatos inscritos	55
desistência	1
não comparecimento	6
reprovações	10
aprovações	38

3. CARGOS DE VETERINÁRIO

candidatos inscritos	12
não comparecimento	1

O presente concurso ainda não foi concluído.

Houve abertura e encerramento de inscrições para os seguintes cargos:

A — CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

1. Assessor de Assuntos Administrativos Correntes
2. Agrônomo
3. Farmacêutico
4. Farmacêutico-Bromatologista
5. Engenheiro
6. Assistente Social
7. Veterinário
8. Enfermeiro

B — CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

1. Oficial Administrativo
2. Visitadora Sanitária
3. Estatístico Auxiliar
4. Operador de Raio-X
5. Auxiliar de Enfermagem
6. Secretário de Estabelecimento de Ensino Médio
7. Arquivista
8. Almoxtarifista-Auxiliar

C — CARGOS DE NÍVEL PRIMÁRIO

1. Atendente
2. Motorista
3. Auxiliar de Laboratório
4. Guarda Sanitário

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CODEC

Ao CODEC incumbe a tarefa de programação orçamentária, do acompanhamento de sua execução, elaboração dos ante-projetos dos Orçamentos-Programa e dos Orçamentos Plurianuais dos três Poderes, e integração dos planos Setoriais das diversas Secretarias.

A Ação do CODEC se faz, em cada Secretaria do Estado, através de Assessores Setoriais de Programação e Orçamento, os quais, durante o exercício de 1969, desenvolveram intensa atividade de acompanhamento e assessoramento, mantendo na área orçamentária, o ritmo veloz de desempenho que tem caracterizado a atual administração.

Além das tarefas normais de assessoria, foram os seguintes os principais trabalhos realizados pelo CODEC:

- Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 69/71.
- Orçamento Programa para 1970.
- Orçamento Anualítico para 1969.
- Plano de Aplicação do Fundo de Participação dos Estados.
- Plano de aplicação dos recursos do Fundo Especial e consolidação dos projetos nêle incluídos.
- 16 projetos de lei relacionados com alterações orçamentárias.
- 14 minutas de decreto de abertura de crédito.
- Manual de Codificação Interpretada de Despesa.
- Cálculo do Prêmio de Produtividade a Pessoal de Arrecadação.
- Publicação da Pesquisa Industrial na área da Grande Vitória.
- Estudo sobre a distribuição de dividendos da Fábrica de Tecidos de Cachoeiro do Itapemirim.
- Assessoramento e elaboração de painéis para a conferência do Sr. Governador: no Núcleo de Defesa Sul do Estado Maior das Forças Armadas.
- Levantamento Econômico para o mesmo Núcleo.
- Projeto de Lei que cria o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias — FUNDAP.
- Projeto de Decreto que cria o Fundo de Divulgação das Atividades Espírito-Santenses.
- Projeto de reformulação do Fundo de Engenharia Rural — FERU.
- Elaboração de Editais de concorrência Pública para aquisição de veículos para a administração centralizada.

O Secretário Executivo participou ainda, dos grupos que elaboraram os ante-projetos de lei e decreto relaciona-

dos com a isenção de 5% do ICM, das pessoas físicas e jurídicas destinados à constituição do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo — FUNRES.

Por intermédio de Assessores de seu núcleo central participou, também, do Conselho da Fundação Hospitalar, do Conselho da Política Agro-Pecuária e do Conselho Portuário.

GABINETE CIVIL E MILITAR

O Gabinete Civil desempenhou suas atribuições de Assistência direta ao Governador, especialmente nos assuntos referentes à administração civil.

Como nas Secretarias de Estado, o trabalho de Assessoramento foi desenvolvido pelas Assessorias de Assuntos Administrativos Correntes, de Programação e Orçamento e Jurídica. A Assessoria Jurídica permaneceu vaga desde 1.º de julho.

A racionalização dos serviços provocou queda acentuada do número de papéis autuados. De 6.321, em 1968, caiu para 4.733 em 1969. Já o número de mensagens subiu de 46 para 77.

IMPRENSA — O Serviço de Imprensa executou tarefas relacionadas com o planejamento e coordenação da utilização das verbas de publicidade da Administração e, principalmente, promoveu a divulgação dos atos do Governo, seja através da organização de entrevistas coletivas do Governador, seja através da edição de boletins diários sobre as atividades governamentais.

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO

O Estado mantém Escritórios de Representação em Brasília, na Guanabara e em São Paulo, a fim de acompanhar os intrêses do Estado nessas Capitais.

O Para o Escritório de Brasília foram adquiridas duas salas e estão sendo providenciadas sua decoração e instalação.

O Escritório da Guanabara, que vinha funcionando, até então, em condições precárias, nas dependências da Delegacia

Fiscal, mudou-se para sua nova sede à Rua Visconde de Ihaúma, 134.

Também foram adquiridas salas para a instalação definitiva do Escritório de São Paulo.

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Criadas para efeito de desconcentração geográfica e descentralização do nível de decisão, as Regiões Administrativas têm a incumbência de coordenar as diversas chefias setoriais, sob a direção de um Oficial de Gabinete do Governador.

Atualmente, apenas três Regiões têm titular: a 2a., com sede em Cachoeiro de Itapemirim, a 4a., com sede em Santa Teresa e a 5a., com sede em Alegre.

O Gabinete Militar, de acordo com competência estabelecida na Lei da Reforma Administrativa, prestou assistência direta e imediata ao Governador, especialmente nos assuntos referentes à segurança pública e à administração militar.

SAÚDE

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

A Saúde, ao lado da Educação, constitui a infra-estrutura social indispensável ao desenvolvimento. Os recursos destinados às atividades de saúde pública, que propiciam melhores condições ao fator de produção — recursos humanos, têm a característica de verdadeiro investimento. A atuação do Governo do Estado se orienta dentro desse entendimento.

UNIDADES SANITÁRIAS

Consiste a Unidade Sanitária numa primeira linha de defesa da saúde e por isso é considerada, em qualquer organização de Saúde Pública, a célula-mater. No Estado, a rede sanitária é constituída de um grupo de Unidades que partindo da modesta Unidade Sanitária de terceira classe, exercendo atividades médico-sanitárias mais simples, a que vão sendo progressivamente adicionados serviços especializados, chega-se às grandes Unidades: Os Centros de Saúde.

O Governo cuidou, com especial atenção, da recuperação e ampliação das Unidades Sanitárias, visando colocá-las dentro dos moldes recomendados pela moderna Administração Sanitária. Assim, foram totalmente recuperadas e ampliadas as Unidades Sanitárias de: Conceição da Barra, Montanha, Mucurici, São Mateus, Barra de São Francisco, Baixo Guandú, Aracruz, Colatina, Fundão, Nova Almeida (Serra), Vitória, Vila Velha, Guarapari, Iconha, Rio Novo do Sul, Vila de Itapemirim, Barra de Itapemirim, Muqui, Atílio Vivacqua, Dôres do Rio Preto, Divino de São Lourenço, São José do Calçado, Guaçuí, Cariacica, Alfredo Chaves, Santa Leopoldina, Itaguaçu, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Muniz Freire, Mimoso do Sul e Viana, em alguns casos, com a colaboração das Prefeituras Municipais.

Tendo sido construídas no exercício de 1968 as Unidades Sanitárias de Boa Esperança, Ibirapu, Anchieta, Piúma, Pancas, Santa Maria de Jetibá (Santa Leopoldina) e Presidente Kennedy, no corrente ano foi contratada com o Departamento de Edificações e Obras, a construção das Unidades Sanitárias de São Gabriel da Palha, Pinheiro, Apiacá, Santa

Teresa, São José de Petrópolis (Santa Teresa), Itabaiana (Mucurici), Conceição do Castelo, Serra, Linhares e Nova Venécia, cujas obras encontram-se em fase de acabamento.

Com a programação traçada para o próximo exercício de 1970, o território estadual terá uma rede médico-sanitária dotada de todos os requisitos físicos exigidos pelas modernas técnicas sanitárias.

O número total de Unidades Sanitárias existentes, incluindo aquelas que ainda funcionam em prédios adaptados, é de sessenta e duas (62), assim distribuídas:

Centro de Saude	4
Unidades Sanitárias de 1a. Classe	10
Unidades Sanitárias de 2a. Classe	37
Unidades Sanitárias de 3a. Classe	11

Com exceção das Unidades Sanitárias de São Rafael e de São Sebastião do Bananal, ambas localizadas no município de Linhares, tôdas as demais encontram-se em funcionamento.

Não nos limitamos, contudo, a essa tarefa. Procuramos ainda dotá-las do equipamento técnico necessário às suas reais finalidades, como foi o caso da instalação de quinze (15) laboratórios e de sete (7) novos gabinetes dentários e a distribuição de material para pequena cirurgia para tôdas as Unidades Sanitárias.

O volume de serviços prestados à coletividade pode ser avaliado através da comprovação de que 425.408 pessoas compareceram, até novembro, às Unidades Sanitárias do Estado para receber diretamente um serviço. Só consultas médicas foram proporcionadas a 326.091 pessoas.

IMUNIZAÇÕES — Além das medidas curativas, atenção toda especial vem merecendo a profilaxia das doenças transmissíveis. Através da vacinação efetuada rotineiramente pelas Unidades Sanitárias ou mediante Campanhas Volantes que visaram principalmente as populações rurais, foi combatido todo o grupo das chamadas doenças evitáveis.

Em conjunto foram aplicadas 706.966 doses de vacinas contra varíola, febre tifóide, difteria, coqueluche, tétano, poliomielite, gripe e sarampo. A esse número deve-se acrescentar a vacinação antiamarílica, a BCG e a realizada pela Campanha de Erradicação da Varíola.

Convém assinalar que pela primeira vez foi aplicada, no Estado, a vacina contra o sarampo e também pela primeira vez foi realizada a Campanha de Erradicação da Varíola, pelo Ministério da Saúde em colaboração com o Governo do Estado.

GRANDES ENDEMIAS — A luta contra as grandes endemias, tais como a tuberculose e a lepra, apresentou bons resultados. Em relação à tuberculose, ampliou-se a rede dispensarial ou ambulatorial, foram dinamizados os métodos de quimioprofilaxia e promoveu-se o retorno à aplicação do BCG, interrompida nos anos anteriores.

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

No atendimento a escolares, prestado nos próprios estabelecimentos, os resultados foram os seguintes: 14.503 exatame-
ntes dentários; 13.223 tratamentos; 54.158 obturações; 16.621
forramentos de cavidades; 18.894 recuperações de molares
permanentes; 292 curativos; 3.695 extrações, em 11.793 ho-
ras de trabalho, atingindo um total de 89.315 serviços exe-
cutados e a despesa de Cr\$ 215.337,00.

Nas Unidades Sanitárias o atendimento alcançou
99.761 clientes e 151.035 extrações, representando um au-
mento de 25% no número de atendimentos e de 50% no ren-
dimento dos serviços, em relação ao ano de 1968.

Com 6 modernos equipamentos recebidos do FUNRU-
RAL, novas unidades funcionarão nos municípios de Serra
(Nova Almeida), Anchieta e Conceição da Barra. Os três ou-
tros equipamentos foram enviados para Baixo Guandú, Je-
rônimo Monteiro e Vinhático (Conceição da Barra).

ESTATÍSTICA DA SAÚDE — Além do levantamento estatís-
tico de todos os seus serviços,
a Secretaria de Saúde forneceu dados e informações à Fun-
dação IBGE, ao Serviço Federal de Bioestatística e ao Depar-
tamento Estadual de Estatística. Foi elaborado um total de
374 tabelas especiais.

CURSOS E DOCUMENTAÇÃO — Foi realizado o Curso de Auxiliar de Saneamento, com um total de 120 horas de aula.

Foi, também, realizado curso de retreinamento destinado a enfermeiras e visitadoras sanitárias. Houve o comparecimento de 100% das enfermeiras e de 92% das visitadoras sanitárias.

Ambos os cursos, que alcançaram 300 matrículas, contaram com a colaboração de órgãos federais e estaduais.

A Secretaria organizou programas e "currículo" para treinamento e retreinamento de Atendente, Visitadora Sanitária, Laboratorista e Auxiliar de Escritório, que serão promovidos em 1970.

LABORATÓRIOS — Deu-se prosseguimento ao programa de reequipamento dos Laboratórios Regionais de Vitória e Cachoeiro do Itapemirim.

Recursos substanciais foram destinados ao Laboratório Regional de Colatina, que se encontra em fase final de construção.

O quadro abaixo mostra à linha ascensional da produção:

**EXAMES REALIZADOS NOS LABORATÓRIOS REGIONAIS
TRIÊNIO DE 1967/1969**

ANOS	N.º de exames		TOTAL	Aumento sobre o ano anterior %
	Vitória	Cachoeiro de Itapemirim		
1967	53.870	27.545	81.415	—
1968	72.165	32.285	104.450	22
1969	81.022	37.142	118.162	11

Promoveu-se a recuperação do Setor de Bromatologia do Laboratório Regional de Vitória, através da aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal em laboratórios especializados da Guanabara.

Novas máquinas e equipamentos proporcionaram o aumento das atividades industriais do Laboratório Químico-Farmacêutico, conforme ilustram os quadros abaixo:

PRODUÇÃO DE COMPRIMIDOS NOS ANOS DE 1967/1969

ANOS	N.º DE COMPRIMIDOS
1967	2.593.400
1968	4.241.700
1969	4.776.390

PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS EM 1969 NO LABORATÓRIO QUÍMICO-FARMACÊUTICO PRODUÇÃO DE COMPRIMIDOS

PRODUTOS	N.º DE COMPRIMIDOS
Anti-helmíntico	2.613.200
Anti-anêmico	927.700
Sulfadiazina	525.600
Anti-térmico e analgésico . . .	680.400
Luminal	29.490
TOTAL	4.776.390

OUTROS PRODUTOS

SOLUÇÕES	VIDROS
Mercúrio Cromo	1.761
Tintura de Iôdo	1.471
TOTAL	2.232

O valor dos suprimentos em quimioterápicos, imunizantes, equipamentos e material de expediente alcançou os seguintes valores:

Para as Unidades Sanitárias:

Medicamentos	Cr\$ 433.302,50
Vacinas	Cr\$ 34.204,08
Equipamentos	Cr\$ 121.828,66
Material de Expediente	Cr\$ 20.932,44
Outros materiais	Cr\$ 13.892,20
TOTAL	Cr\$ 624.159,68

Para diversas Entidades:

Medicamentos	Cr\$ 14.693,81
Vacinas	Cr\$ 237,50
Material de Expediente	Cr\$ 269,15
Outros Materiais	Cr\$ 298,69
TOTAL	Cr\$ 15.799,15

PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO — Através de uma política de melhor adequação dos recursos foi elaborado o Orçamento Plurianual de Investimentos referente ao triênio 1969/1971.

No que concerne a administração centralizada, deverá estar concluída em breve a sede da Secretaria e do Laboratório Regional da Capital.

Foram programadas em 1969 as construções dos Centros de Saúde de Nova Venécia e Linhares, escolhidos em virtude da concentração populacional e influência em municípios periféricos.

Merece registro a contribuição da CEPLAC para o Setor Saúde ao propiciar, em convênio com o Governo do Estado, a construção e equipamento do Centro de Saúde de Linhares.

O orçamento de Saúde em 1969 foi de Cr\$
10.296.666,00.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR — Criada em 1967, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo só foi instalada em 1969, quando foram tomadas tôdas as providências para seu efetivo funcionamento. A partir daí desenvolveu suas atividades, integrada no espírito da Administração Estadual.

Com a aplicação do sistema de administração descentralizada, a rede hospitalar oficial ganhou nôvo dinamismo, reduzindo os entraves burocráticos e proporcionando maior rapidez na movimentação de recursos.

Foi decisiva a participação da F.H.E.S. na conclusão e instalação da Maternidade de Vila Velha, aquisição do Hospital de Barra de São Francisco e recebimento, por doação, do Hospital São Camilo de Aracruz. Forneceu substancial auxílio para conclusão e instalação do Hospital Associação Evangélica do Espírito Santo.

Estão destinados elevados recursos para a construção de um Centro de Recuperação Funcional, na área da Grande Vitória. Prepara-se a ampliação do Hospital de Alegre, com a construção de um pavilhão anexo, que elevará sua capacidade para 150 leitos.

Houve acréscimo de 320 leitos hospitalares, cujo número atual passou a 1960.

Foi efetuado o atendimento a 10.196 doentes internados.

Dotações para conclusão de obras, equipamentos, reformas e ampliação foram concedidas para o Hospital de Barra de São Francisco, Hospital S. Camilo, de Aracruz, Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Pavilhão Infantil do Hospital Colônia "Adauto Botelho", Pavilhão de Isolamento do Sanatório "Oswaldo Monteiro", Hospital Maternidade "Silvio Avidos" e Maternidade de Vila Velha.

Registre-se a transferência para a F.H.E.S. do material de radiodiagnóstico e de ótica, da PHILIPS, no valor de Cr\$ 316.000,00.

A receita industrial da Fundação superou em Cr\$.. 300.000,00 a previsão e a despesa ficou Cr\$ 200.000,00 aquém da prevista. Este saldo orçamentário de Cr\$ 500.000,00 deverá ser aplicado na construção da sede própria da Fundação, cujo projeto está sendo elaborado.

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

MELHORIAS QUANTITATIVAS

EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA

Constituiu preocupação prioritária do Governo a expansão da rede de estabelecimentos oficiais, a fim de cobrir o deficit provocado pela expansão da demanda da escolarização e substituir instalações inadequadas. Os resultados são satisfatórios, se comparados à situação anterior. E' lícito estimar-se que, ao término das novas obras já iniciadas ou programadas, terá o Espírito Santo uma rede de estabelecimentos não somente em condições de atender ao crescimento vegetativo da demanda, mas também de oferecer maior eficiência pela progressiva eliminação de instalações inadequadas e pluralidade de turnos.

Em 1969 foram construídas 515 salas de aula, assim distribuídas:

	Salas construídas
Ensino Pré-Primário	12
Ensino Primário	485
Ensino Médio	18
TOTAL	515

Em 48 Municípios, foram construídas 333 unidades escolares, no total de 386 salas.

Coube à MOCCA a tarefa de executar grande parte do programa de expansão física do ensino primário, obtendo a cooperação das comunidades e das Prefeituras Municipais, com redução de 30% no custo das obras. Com recursos do P.N.E., a MOCCA promoveu a melhoria de condições de funcionamento de 109 prédios escolares.

Não deve passar sem registro que o custo de construção das unidades escolares ficou muito abaixo da média observada no setor de construção civil. Assim, as 1.119 salas

de aula construídas no período 1967/1969 apresentaram o custo médio por sala de Cr\$ 6.200,00, com investimento total de Cr\$ 7.000.000,00, dos quais o P.N.E. contribuiu com Cr\$ 2.000.000,00 e o Estado com Cr\$ 5.000.000,00.

Manutenção e Expansão do Sistema de Ensino

Uma das metas do setor Educação era alcançar o índice de 85% de escolarização primária. O quadro abaixo mostra que o índice alcançado foi de 86%.

ÍNDICE DE ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA

População de 7/14 anos (A)	Crianças Escolarizadas			Índice de Es- colarização (B/A)
	TOTAL (B)	Público	Particular	
350.000	302.000	266.000	36.000	86%

ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO

A expansão alcançada no setor está indicada no quadro abaixo.

ANOS	Unidades Escolares	N.º de Classes
1967	16	93
1968	21	114
1969	23	147

ENSINO PRIMÁRIO

A rede do ensino primário contou, em 1969, com 4.639 estabelecimentos, somando 8.086 classes.

O número de classes, no último quadriênio, teve a seguinte evolução:

ANOS	CLASSES	ACRÉSCIMO
1966	5.758	
1967	6.135	377
1968	7.896	2.138
1969	8.086	2.328

EXPANSÃO DA MATRÍCULA

A expansão da matrícula, no quadriênio, apresentou os seguintes resultados:

No Ensino Pré-Primário

ANO	MATRÍCULA	%
1966	1.178	100%
1967	2.178	184%
1968	2.872	243%
1969	4.388	372%

No Ensino Primário

ANO	MATRÍCULA	%
1966	178.053	100%
1967	194.562	109%
1968	251.456	141%
1969	266.593	150%

SETOR DE EXCEPCIONAIS

A educação de excepcionais constitui uma das iniciativas de maior significação no campo educacional do Estado. 52 classes, espalhadas por 12 municípios, propiciaram atendimento a 436 excepcionais, conforme a seguinte distribuição:

Deficientes mentais	231
Deficientes da audição e da palavra	155
Deficientes da visão	22
Deficientes da visão e da audição	28
TOTAL	436

PAVILHÃO DE ARTES

O ensino de artes práticas em nível primário foi proporcionado através de 7 Pavilhões de Arte, anexos a Grupos Escolares, ocupando os serviços especializados de 52 professores, que atenderam a 2.180 alunos.

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E ADOLESCENTES

A alfabetização de adolescentes e adultos contou com a atuação larga e eficiente da MOCCA, que teve sob seus auspícios, em 1969, os cursos de alfabetização, com duração de 4 meses cada um. Em 48 municípios, com um total de 716 classes, foram atendidos 14.870 alunos.

ENSINO MÉDIO

A rede oficial de ensino médio apresentou em 1969 o aumento de 2.154 alunos em relação a 1968.

As matrículas distribuíram-se conforme o quadro abaixo:

MATRÍCULAS

TOTAL	1.º	2.º	3.º	4.º
29.620	11.286	8.179	6.371	3.784

MELHORIAS QUALITATIVAS

Tem sido constante a preocupação dos diversos órgãos encarregados da administração do ensino em formular planos, adotar as práticas mais modernas e avaliar os resultados obtidos, no sentido de imprimir ao processo educacional um ritmo de renovação e atualização, objetivando o aprimoramento contínuo do produto educacional.

TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO

Com o fim de preparar pessoal especializado para a educação pré-primária, foi realizado o IV Curso de Preparação de Jardineira, com o número de 82 cursistas, provenientes de 21 municípios, com 64% de candidatos do interior e 36% da Capital.

Objetivando o aperfeiçoamento do magistério primário, foram promovidos vários cursos, seminários e semanas peda-

gógicas, na Capital e no interior, para professores normalistas e leigos. Os cursos foram em número de cinco, com a frequência de 445 cursistas.

Na promoção de seminários, encontros e semanas pedagógicas, foi valiosa a colaboração prestada pelas prefeituras municipais, MOCCA, ACARES, Voluntários da Paz e instituições religiosas.

Grande foi o esforço desenvolvido na especialização de professores primários em diversas áreas do ensino, através de cursos realizados dentro e fora do Estado. Esses grupos formarão uma elite que atuará como fermento para o aprimoramento de todo o magistério estadual. E' a seguinte a relação dos cursos:

Cursos Realizados	LOCAL	Cursistas	Entidade Mantenedora
1) Preparação de Professores para Educação de criança excepcional	Vitória	40	SEC/PNE
2) Formação Professores Orientadores	Vitória	35	SEC/INEP/MEC FISI/UNESCO
3) Formação Professores Escola Aplicação	Vitória	30	SEC/INEP/MEC FISI/UNESCO
4) Formação Professores Supervisores	Colatina	21	SEC/INEP/MEC FISI/UNESCO
5) Especialização Didática - Especial	B. Horizonte	3	DAP/INEP
6) Formação Supervisores Alimentação Escolar	B. Horizonte	5	Escola Firmino Santana
7) Formação Professores - Orientadores para Classes 1.º ano	Guanabara	2	INEP
8) Orientadores para Professores de Escolas Multi-graduadas	Goiânia	6	INEP
9) Instrutores para Orientação aos Professores sobre utilização livro de texto didático	Niterói	4	COLTED

Os professores que atuam nos Pavilhões de Artes Industriais possuem certificado do curso de Especialização promovido pelo INEP.

Em fevereiro de 1969, foi realizada a 1.^a etapa do Curso de Especialização de Professores para Deficientes da Audição e Deficientes Mentais, totalizando 200 horas de aulas em regime intensivo.

A MOCCA realizou o Curso de Preparação de Orientadores para Educação de Adolescentes e Adultos.

RECURSOS AUDIOVISUAIS

A Diretoria de Recursos Audiovisuais desenvolveu intenso programa de atendimento aos pedidos de assistência técnica formulada pelo corpo docente dos vários níveis de ensino, no total de 4.644 consultas sobre a ampliação de desenhos e gravuras e outros 172 sobre utilização de variados recursos audiovisuais.

Realizou, ainda, dois estágios de férias, em janeiro e julho, com 219 participantes.

SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DE ENSINO

A atividade de supervisão apresentou, em 1969, o seguinte quadro:

Supervisor em exercício no campo	127
Supervisor em exercício na equipe central	8
Supervisor em exercício no Centro de Treinamento do Magistério	7
Professor leigo supervisionado	1.019
Alunos	33.667
Municípios atendidos	53

O Serviço de Orientação Pedagógica apresentou como resultado concreto considerável redução do índice de evasão e repetência no curso primário, principalmente nas turmas de 1.^a série. Em 23 municípios, tiveram orientação pedagógica 64 estabelecimentos, com 1063 professores e 33.383 alunos.

PESSOAL DOCENTE

O pessoal docente dos diversos níveis apresenta os seguintes dados:

ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO

TOTAL	P.P.P. EFETIVO	P.P.	P.P.P. INTERINO	D.E.N.
184	113	12	23	36

ENSINO PRIMÁRIO

ANOS	TOTAL	P.P.	D.P.	D.E.N.	D.L.
1966	5.968	3.277	715	531	1.445
1967	6.135	3.330	742	554	1.509
1968	7.896	3.579	719	1.669	1.929
1969	8.019	3.610	629	1.218	2.562

ENSINO MÉDIO

ANOS	Catedr.	Efetivos	Interinos	Suplement.	Contrat.	TOTAL
1968	11	696	163	884	6	1.660
1969	8	674	118	1.063	4	1.867

CONCURSOS

Foram realizados concursos de títulos e provas para ingresso e reingresso nos ensinos pré-primário e primário, com a consequente nomeação de 1.144 candidatos.

Do concurso de remoção para professores pré-primários participaram 13 candidatos e para professores primários, 1840 candidatos.

O concurso para preenchimento de cargos de Professor de Ensino Médio inscreveu 1.035 candidatos, dos quais 522 lograram aprovação.

Após aprovação em concurso, foram nomeados em caráter efetivo 76 professores de educação física.

EQUIPAMENTOS ESCOLARES

Com recursos do P.N.E. da ordem de Cr\$ 446.000,00, no período de 1967/1969, a Secretaria de Educação contratou a confecção de 33.620 carteiras. No período de 1946 a 1966, o Estado adquiriu 20.000 carteiras escolares e no período de 1967/1969 adquiriu 33.620, o que, entretanto, não ainda suficiente para cobrir o "déficit" existente.

MOBILIÁRIO ESCOLAR E EQUIPAMENTO

Com recursos do P.N.E. foi adquirido o seguinte mobiliário:

A N O	Mesas de Gabinete e salas de aula	Armário	Cadeiras	Duplicado- res a Al- cool
1968	608	47	708	
1969	544	216	914	63
TOTAIS	1.152	263	1.622	63

No ensino médio foram adquiridos e entregues equipamentos para instalação de 10 oficinas sendo 7 de Artes Industriais e 3 de Técnicos Agrícolas.

Na Diretoria de Recursos Audiovisuais foram adquiridos para treinamento e empréstimo:

Filmes Educativos sonoros	8 unidades
Diafilmes	27 unidades
Slides	519 unidades

ASSISTÊNCIA AOS EDUCANDOS

CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Resultado admirável foi alcançado no setor de alimentação escolar, conforme demonstra o quadro abaixo:

Número de Municípios	Escolas Atendidas	Alunos Atendidos	Refeições Distribuídas
53	7.439	348.053	80.439.270

A participação das diversas Entidades na C.N.A.E. foi a seguinte:

Origem dos Recursos	Montante Anual (NCr\$)
1. Governo do Estado do Espírito Santo	2.483.097,70
2. C.N.A.E. e A.P.D.	2.418.166,98
3. Contribuição das Comunidades	1.543.337,61
4. Prefeituras Municipais	1.467.439,22
5. Várias Entidades do Governo Federal .	102.550,03
TOTAL	8.014.591,54

P.O.I.E.M.

Iniciativa pioneira do Governo do Estado, o Programa visa, basicamente, dois objetivos: atendimento da expansão

da demanda por ensino médio e correção da desigualdade nas oportunidades de escolarização. Constitui uma iniciativa de altíssima significação social e educacional. Sua atividade em 1969 foi a seguinte:

N.º de Estabelecimentos Participantes	Número de Alunos Ajudados	Montante Anual da Ajuda
83	10.953	NCr\$ 1.045.485,00

POLÍTICA DE CULTURA

Visando a um alargamento de atividades e iniciativas no setor cultural e artístico do Estado, o Govêrno criou a Fundação Cultural do Espírito Santo, cuja estrutura e liberdade de movimento deverão dinamizar as promoções culturais.

JUSTIÇA

JUSTIÇA

De acôrdo com a Reforma Administrativa, a Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça tem como área de sua competência os assuntos sôbre:

- I — Ordem jurídica, garantias constitucionais, livre exercício dos poderes constituídos;
- II — Administração penitenciária;
- III — Ministério Público;
- IV — Serviços Jurídicos;
- V — Serviços estatísticos e geo-cartográficos;
- VI — Relação com os Poderes Legislativo, Judiciário e com países estrangeiros;
- VII — Assistência Técnica aos Municípios.

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Foram enviadas à Assembléia Legislativa 77 (setenta e sete) Mensagens, acompanhadas dos respectivos projetos de lei.

Receberam sanção cêrca de 106 autógrafos, que foram convertidos nas leis de n.º 2.383 a 2.486.

Dentre os principais diplomas legais sancionados, que representam o esforço de cooperação entre os Poderes Executivo e Legislativo, são de se destacar os seguintes, pelo alcance de seus dispositivos:

a) Leis da Reforma Administrativa

- 2.404, de 10.2.69 — Cria estabelecimentos de ensino em Baixo Guandu, Nova Venécia e Afonso Cláudio.
- 2.421, de 7.7.69 — Classifica os estabelecimentos de ensino pré-primário e fixa a forma de remuneração de professores.
- 2.422, de 7.7.69 — Erige a Faculdade de Farmácia e Bioquímica e a Escola de Música em autarquias.
- 2.434, de 6.8.69 — Autoriza a criar, sob forma de autarquia, a Escola Superior de Agronomia.
- 2.435, de 8.8.69 — Autoriza a constituir uma empresa urbanizadora.

- 2.448, de 10.10.69 — Cria o Departamento do Patrimônio.
2.449, de 4.11.69 — Cria o Departamento de Imprensa Oficial.
2.453, de 4.11.69 — Cria o Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação.
2.468, de 24.11.69 — Entrosa o Conselho Estadual de Cultura à Fundação Cultural do Espírito Santo.
2.478, de 11.12.69 — Cria a Empresa Fornecedora de Material — EMFORMA.
2.482, de 24.11.69 — Cria o CETRAN e o DETRAN.
2.485, de 30.12.69 — Reestrutura o Tribunal de Contas.

b) Leis de Desenvolvimento Econômico

- 2.398, de 30.1.69 — Autoriza a emissão de Bonus de Desenvolvimento.
2.410, de 28.5.69 — Aumenta para cinco milhões de cruzeiros novos o capital da COPESA.
2.412, de 20.6.69 — Aumenta para quinze milhões de cruzeiros novos o capital da CODES.
2.469, de 28.11.69 — Concede incentivo fiscal de 5% s/ICM.
2.480, de 23.12.69 — Altera a lei 2.313, que concede incentivos fiscais à Indústria.

c) Leis referentes ao Funcionalismo

- 2.391, de 21.1.69 — Dispõe s/supervisão do ensino e fixa a forma de remuneração de professores primários.
2.395, de 24.1.69 — Regula a concessão de férias-prêmio.

d) Leis Orçamentárias

- 2.390, de 16.1.69 — Aprova o Orçamento Plurianual do Estado p/o triênio 68/70.
2.466, de 17.11.69 — Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos p/o triênio 69/71.

SERVIÇOS JUDICIÁRIOS — A Procuradoria Geral do Estado teve a seguinte atuação judicial:

Audiências realizadas 102
Processos que subiram ao STF, TRF e TRT

a) Estado Recorrido	3
b) Estado Recorrente	13
Recursos de 1. ^a Instância — Estado Recorrente	2
Recursos de 2. ^a Instância — Estado Recorrente	9
Recursos de 2. ^a Instância — Estado Recorrido	4
Executivos Fiscais	48
Ações Ordinárias	88
Ações Trabalhistas	32
Mandados de Segurança	38

A Procuradoria Geral da Justiça realizou os seguintes trabalhos:

Ação ou Recurso	Recebidos	Devolvidos
Inquérito Policial	16	16
Processos Administrativos	1.169	1.168
Correição	28	25
Ação Criminal	12	12
Ação Rescisória	13	13
Mandado de Segurança	84	84
Desaforamento	15	15
Conflito Negativo de Jurisdição	12	12
Revisão Criminal	172	172
Agravo de Petição em Mandado de Segurança	72	72
Embargos ao Acórdão	24	24
Recurso de Revisão em Ap. Cível	10	10
Execução de Suspeição	1	1
Ap. Cível em Recursos Extraordinário	24	24
Apelação Criminal	211	211
Recurso Extraordinário Mandado de Segurança	2	2
Habeas Corpus	86	86
Queixa Crime	5	5
Apelação Cível	245	235
Agravo de Instrumento	24	24
Precatório	5	5
Agravo de Petição em Rec. Extraordinário	6	6
Conflito Positivo de Jurisdição	1	1
Agravo de Petição	57	57

Recurso de Habeas Corpus	13	13
Agravo de Instrução em Agr. Petição	1	1
Recurso Criminal	55	53
Processos Conselho Penitenciário	23	23
Recurso Extraordinário Criminal ...	2	2
Embargo Nulidade infr. na Apel. Cível	1	1
Conflito Negativo de Jurisdição	6	6
Exceção Suspeição	1	1
T o t a i s	2.396	2.343

Na inferior instância, foram ajuizadas pelos membros do Ministério Público cerca de 589 (quinhentos e oitenta e nove) ações para cobrança de dívida ativa, no montante de Cr\$ 2.145.923,00 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e três cruzeiros novos).

SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS — Instituto de Readaptação Social

Durante o exercício de 69, ingressaram no IRS (Instituto de Readaptação Social) cerca de 34 internos, dos quais 21 por delito de homicídio, e dele saíram por livramento condicional, 28 internos, e 6 por conclusão de pena e indulto.

O total de fuga foi de 6 internos, todos recapturados.

A população carcerária do IRS manteve praticamente o mesmo nível durante o exercício.

Com o reforço de dotações para alimentação, a capacidade de internamento será de, aproximadamente 50 vagas, aproveitando-se, para este fim, os cubículos dotados de beliches.

Além das atividades normais exercidas pelos internos nas oficinas de carpintaria, mecânica, alfaiataria, pintura e na horta do IRS, a direção dessa unidade firmou e executou convênios com o MEC, através do "Progresso Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial" para a realização dos cursos de pedreiro, eletricista, pintor e rádio-técnico, frequentados por mais da metade da população carcerária.

Colônia Penal Agrícola — A CPA — Colônia Penal Agrícola — intensificou o seu programa agro-pecuário, tendo recebido a cooperação técnica da Secretaria de Agricultura.

Além das atividades existentes, a programação da CPA iniciou, no exercício, o fabrico de colchões, tijolos, alfaiataria, e exploração da pedreira, para aproveitamento próprio.

No corrente ano, há perspectiva favorável para a implantação da avicultura.

O ponto negativo ocorrido na órbita da CPA foi o número elevado de fugas de cerca de 10 internos, cujas causas foram pesquisadas por ordem da SIAJ.

Brevemente, a CPA disporá de energia elétrica fornecida pela ESCELSA.

Geografia e Cartografia — A Diretoria de Geografia e Cartografia deu curso normal às suas atividades, tendo, no exercício participado da XXIV Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada entre 6 a 14 de julho, em nossa capital.

Além disso, instruiu vários processos, com vistas à solução de limites intermunicipais.

Assistência aos Municípios — A Diretoria de Assistência aos Municípios ainda não possui lotação de pessoal para atender às suas finalidades, tendo, todavia, se esforçado por suprir essa deficiência.

Serviços Estatísticos — O DEE — Departamento Estadual de Estatística desenvolveu suas atividades segundo as normas técnicas da Fundação IBGE, fornecendo dados aos órgãos interessados e dando publicidade aos seguintes levantamentos:

N.º de ordem	Publicações	n.º de exemplares
1	Intercâmbio Comercial — 1965/67	370
2	Café — Produção e Exportação — 1963/67	370
3	Produção Agrícola — 1965/67	370
4	Produção Agrícola — 1966/68	230
5	Pecuária — 1965/67	370
6	Pecuária — 1965/67	230
7	Gado Abatido — 1967	370
8	Ensino Primário Comum e Supletivo — 1965/66 ..	158
9	Produtos de Origem Animal — 1963/67	158
10	Finanças Públicas — 1964/67	160
11	Produção e Exportação de Café — 1964/68	230
12	Anuário Estatístico do Espírito Santo — 1968	650

Limites com a Bahia — Esta Secretaria procedeu aos estudos jurídicos, históricos e geográficos referentes aos limites com o Estado da Bahia, objeto do expediente constante do ofício n.º SIAJ-172/69, de 14-11-1969.

Investimentos de Capital — Tiveram andamento normal os investimentos de capital destinados às instalações físicas do Poder Judiciário.

O Palácio da Justiça atingiu a última lage.

A execução do programa de construção de Foruns desde o início da atual Administração apresenta os seguintes resultados:

- **Concluídos em 1968:**
 - Linhares
 - Anchieta
- **Concluídos em 1969:**
 - Aracruz
- **Reformado em 1969:**
 - Afonso Cláudio
- **Projetado e iniciado em 1970:**
 - São José do Calçado
- **Projetados, dependendo de adequação:**
 - Cariacica
 - Castelo
 - Itapemirim
- **Projeto de ampliação:**
 - Vila Velha

Foram mobiliados com dotações da SIAJ os Foruns de Afonso Cláudio, Anchieta e Linhares.

AGRICULTURA

AGRICULTURA

No início do atual Governo, as estatísticas não compunham um quadro animador da economia agrícola do Estado. Os números atuais mostram, felizmente, que não foram vãos os esforços concentrados no desenvolvimento agrícola. No ano agrícola 1969/70, a safra de café atingirá 1.400.000 sacas e a do milho será a maior de tôda a história do Espírito Santo. Devem ser consideradas boas as safras de arroz e de feijão. Tais dados sugerem o acêrto da política agrícola adotada.

PROMOÇÃO E PRODUÇÃO — Pecuária leiteira —
A produção diária atingiu 260.000 litros de leite, o que coloca o Espírito Santo em lugar de destaque na pecuária leiteira do país (3.º lugar em leite originado).

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Foi instalada em Cachoeiro de Itapemirim a Central de Inseminação, para atendimento às fazendas do sul do Estado. Foram inseminadas com êxito 300 vacas. É um serviço em expansão. Brevemente serão instalados postos de inseminação em Guaçuí, Bom Jesus do Norte e Mimoso do Sul.

EXPOSIÇÕES PECUARIAS

Foram realizadas nove exposições, com a despesa de Cr\$ 53.628,46. Verificou-se melhoramento dos caracteres zoo-técnicos dos bovinos.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Com 9 veterinários e 45 auxiliares, a Seção de Defesa Sanitária Animal realizou o seguinte trabalho:

VACINAÇÃO OU TRATAMENTO REALIZADO

	ANIMAIS
Febre aftosa	635.282
Brucelose	32.817
Vermínose	32.641
Mineralização	21.297
Raiva bovina	79.322

Carbúnculo sintomático	65.140
Carbúnculo hemático	72.434
Garrotilho eqüino	164
Doenças de aves	5.935
Doenças de suínos	9.993
T O T A L	955.025

A Lei n.º 2.450, de 22-10-69, coloca o Espírito Santo entre os primeiros Estados a instituírem a obrigatoriedade do combate à febre aftosa.

Tiveram sucesso as providências tomadas para impedir que o surto de Dictiocaulose bovina no Nordeste de Minas se alastrasse até o Espírito Santo.

Nosso Estado já está colhendo os benefícios da aplicação de modernas práticas de defesa sanitária animal.

PECUARIA DE CORTE

Graças aos esforços da Secretaria de Agricultura em fins de 1966, o Estado do Espírito Santo foi incluído no Projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, que, inicialmente, só beneficiaria os Estados de Minas Gerais e Bahia.

Assim é na assinatura do Projeto em 1969, o nosso Estado foi incluído com uma área de atingimento de 30.639 quilômetros quadrados, que abrange todos os municípios do Norte do Espírito Santo.

Os recursos para o custeio dos trabalhos dêsse Projeto são da ordem de Cr\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de cruzeiros), cabendo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — a parcela de Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) e ao Banco Central do Brasil, Banco do Estado do Espírito Santo e Banco do Brasil S.A., os restantes Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros).

PARQUE DE EXPOSIÇÃO

Estão sendo construídos os Parques de Exposição de Colatina e de Alegre — Brevemente será iniciado o de São Mateus e ampliado o de Mimoso do Sul.

EXPERIMENTAÇÃO E PESQUISA

A Divisão de Experimentação e Pesquisa realizou, em 1969, importante trabalho no Programa de Formação de Mudanças de Café, adquirindo e distribuindo material necessário para a produção de 8.000.000 (oito milhões) de mudas de cafeeiros, além dos 3.000.000 que estão sendo preparados em Plano Integrado com a SUDESITA.

Desenvolveu trabalhos de pesquisa, cadastro e assistência técnica em 124 propriedades agrícolas sobre a cultura de citrus, e em 104 propriedades sobre a cultura de abacaxi, cuja produção prevista, em 1969/1970, é de 70.000.000 (setenta milhões) de frutos.

LABORATÓRIO DE SOLOS

A Secretaria de Agricultura instalou um Laboratório de Solos, em Tucum, cuja capacidade de atendimento é de 400 amostras semanais.

A fim de melhor atender os lavradores nesse particular, um técnico da Secretaria realizou curso, em seis meses, de interpretação de resultados de análises de solos.

SEMENTES

O Laboratório de Análise de Sementes examinou um total de 350 amostras de sementes.

A Usina de Beneficiamento de Sementes beneficiou 173 toneladas de milho híbrido, 1 tonelada de milho sintético e 5.340 quilos de feijão Rico-23.

Está em plena execução o programa de produção de sementes de arroz necessárias aos plantios no Estado. Foi fixado um grupo de produtores no Vale do Joara e outro grupo fixar-se-á na Bacia do Riacho, ao passo que na Bacia de Suruaca atuará um grupo de chineses, para produção de sementes de arroz e soja.

OUTROS TRABALHOS

Outras unidades subordinadas à Divisão realizaram trabalhos de experimentação e pesquisa e prestaram serviços aos agricultores e a entidades do Estado.

Na Fazenda Jucuruaba, foram colhidos 27.000 quilos de sementes de milho, alguns sacos de semente de feijão e iniciada a formação de viveiro de banana.

No Horto Florestal "Pedro Sales dos Santos" foram produzidas mudas de essências florestais.

A Estação de Fruticultura Tropical de Viana formou 24.000 mudas de citrus de clones novos.

O Posto Zootécnico de S. Mateus manteve um rebanho de 148 bovinos raça Nelore.

A Estação de Sericicultura de Vargem Alta adquiriu de Campinas, SP, 250.000 mudas de amoreira, que foram distribuídas aos sericultores.

A Estação de Viti-vinicultura "Mendes da Fonseca" teve a seguinte produção de mudas: videiras (17.000), marmeleiros (5.000), pessegueiros (8.000), pereiras (7.000), figueiras (10.000), outras (2.000). Foram ainda preparados 30.000 bacelos de videira para 1971.

A Fazenda Experimental de Santana exerce função catalizadora do sistema de aprimoramento de suinocultura em convênio com o Escritório Técnico de Agricultura — ETA, do Ministério da Agricultura e o CONTAP. Funcionam, em diversos municípios, 25 núcleos com a finalidade de implantar a suinocultura tipo carne. Dentre as metas a serem alcançadas destacam-se: a criação da Associação Capixaba de Suinocultura, a primeira exposição-feira de suínos e a formação de 60 multiplicadores com o rebanho de 1.500 matrizes e produção estimada de 9.000 leitões/ano. Em 1969 foram entregues aos criadores 400 leitões, de alta linhagem, para servirem como reprodutores.

CRÉDITO RURAL ORIENTADO

Com a Carteira Agrícola do Banco do Estado do Espírito Santo foram ajustadas cinco linhas de crédito, a saber:

- 1.^a — Campos de Cooperação. Montante: Cr\$ 136.542,10 (cento e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois cruzeiros e dez centavos);

- 2.^a — Patrulha Mecanizada. Montante: Cr\$ 178.730,00 (cento e setenta e oito mil, setecentos e trinta cruzeiros);

- 3.^a — Gado de Leite. Montante: Cr\$ 521.568,50 (quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos);

- 4.^a — Fruticultura e Horticultura. Montante: Cr\$... 84.792,00 (oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e dois cruzeiros).

5.^a — Sericicultura. Montante: Cr\$ 57.800,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos cruzeiros).

As cinco linhas de crédito totalizaram Cr\$ 979.432,60, para atender a 127 planos elaborados.

ACORDOS E CONVÊNIOS

Tiveram vigência em 1969 os seguintes Acordos e Convênios assinados anteriormente pela Secretaria de Agricultura:

I — Convênio IBC/DAC/SA, no valor de Cr\$. 638.000,00. Finalidade: aquisição de peças e acessórios para recuperação de tratores, construção de armazéns e silos e aquisição de tratores importados do Canadá. Totalmente executado.

II — Convênio IBC/GERCA/SA, no valor de Cr\$. 120.000,00. Finalidade: aquisição de peças e acessórios para tratores. Totalmente cumprido.

III — Convênio IBC/GERCA/Governo do Estado, no valor de Cr\$ 480.000,00. Finalidade: aquisição de sementes selecionadas de milho e arroz para revenda aos agricultores. Totalmente cumprido.

IV — Convênio INDA/Governo do Estado, no valor de Cr\$ 30.000,00. Finalidade: Assistência e Fiscalização do Cooperativismo. Houve Aplicação parcial dos recursos, mas foi aprovada pela INDA sua prorrogação.

V — Convênio IBC/GERCA/Governo do Estado, no valor de Cr\$ 120.000,00. Finalidade: Ativar o Programa de Levantamento do Solo. O Convênio foi prorrogado e os recursos suplementados em Cr\$ 65.000,00.

VI — Convênio IBC/DAC/SA, no valor de Cr\$. 200.000,00. Finalidade: Construção da nova sede da Secretaria de Agricultura. Foi liberada a parcela de Cr\$ 80.000,00 e solicitada a prorrogação do Convênio para aproveitamento das duas parcelas restantes de Cr\$ 60.000,00.

REFLORESTAMENTO

Em 1969, numa área de 5.155,69 ha, foram plantadas 11.016.239 árvores, num investimento total de Cr\$ 8.839.525,39 (oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros e trinta e nove centavos). Tais projetos se devem, especialmente, à iniciativa privada estimulada pelos incentivos fiscais.

A realidade florestal do Estado, entretanto, continua grave. Em 400 anos, o Estado perdeu 60% de suas florestas e, recentemente, no período de 1959 a 1966, o restante foi re-

duzido novamente em 60%. Hoje, temos somente pouco mais de 10% de cobertura vegetal, quando deveríamos ter no mínimo 25%.

Em vista dessa situação, prosseguem os estudos para melhor equacionamento do problema.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

O DTC efetuou, em 1969, dois levantamentos: o da área pertencente a Pântanos do Riacho em Aracruz e o da área pertencente a Reserva Duas Bocas. A venda de terras efetuada produziu a receita de Cr\$ 282.679,68.

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFOMÉTRICO — O Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação — DAF — deverá concluir em breve o trabalho de fotografia de todo o Estado, que será em seguida analisada pelos fotointérpretes. Coube ao IBC/GERCA a cobertura financeira para o levantamento total do Estado. Constituem metas iniciais e inventário cafeeiro e a elaboração da Carta Florestal.

CARTA DE SOLOS — Os trabalhos de levantamento da carta de solos deverão estar concluídos em julho de 1970. A Carta de Solos possibilitará aos técnicos uma programação racional das culturas indicadas para cada gleba, pondo fim à improvisação.

CASES — A Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo efetuou a elevação de seu capital de Cr\$. 30.000,00 para Cr\$ 200.000,00.

O Decreto 004-N, de 4-6-69, conferiu à CASES atribuição para aferir peso, volume e qualidade dos produtos exportados do Espírito Santo. A execução do decreto está suspensa, aguardando reexame pela Consultoria Geral do Estado. Se executada, teria produzido para a CASES, em 1969, uma receita aproximada de Cr\$ 100.000,00.

COFAI — Empresa de Economia Mista criada pela Lei Delegada n.º 5, de 16-10-67, a Companhia de Fomento Agro-industrial tem por objeto estimular o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da agro-indústria, como tam-

bém a exploração e industrialização de produtos do solo e subsolo.

Capital:	CR\$
Capital integralizado	1.000.000,00
Acêrvo transferido de Revenda	900.000,00
Capital a subscrever:	
1970	790.000,00
1971	1.200.000,00
Em 1969, as vendas atingiram	2.728.791,70

DERMAG — O Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola está estruturado sob forma de autarquia, tendo herdado o acervo das Patrulhas Mecanizadas. Objetiva, principalmente, projetar e executar obras de melhoria da infra-estrutura das propriedades rurais. Tem, igualmente efetuado, junto ao Banco do Estado, planos para financiamento de mecanização e aquisição de tratores e implementos agrícolas, alargando assim sua faixa de atividades.

Contando em seu parque de máquinas com 47 tratores de esteira, sua produção em horas trabalhadas atingiu Cr\$ 1.213.016,00.

ACARES — A Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo, de acôrdo com sua característica de complementar recursos e colaborar com outros órgãos e entidades, firmou, em 1969, acôrdos formais de entrosamento técnico com 2 cooperativas centrais, com 12 cooperativas agrícolas, com o Banco do Estado do Espírito Santo e com o Banco do Brasil (crédito rural orientado), e com outras entidades particulares, estaduais ou federais.

A ACARES mantém 59 escritórios locais, sendo 42 do tipo A (trabalho econômico) e 17 do tipo B (trabalho social), 6 Escritórios Regionais e o Escritório Central, em Vitória.

CRÉDITO RURAL — Foi elaborado um total de 1.241 planos para financiamento pelo Banco do Espírito Santo, no valor de Cr\$ 10.684.863,00 e de 541 planos para financiamento pelo Banco do Brasil no valor de Cr\$ 2.697.096,00.

PLAMAM — O Projeto PLAMAM tem como objetivo a melhoria da pecuária leiteira na bacia do sul e na região de Colatina, devendo ser estendido em 1970 à bacia de Vitória. Conta com a participação da Secretaria de Agricultura, Ministério da Agricultura, ACARES e os Bancos do Espírito Santo e do Brasil.

A aplicação de recursos próprios e de financiamentos apresentou os seguintes números:

	CR\$
Banco do Brasil S.A.	251.327,00
Banco do Estado do Espírito Santo	313.273,00
Recursos próprios	117.811,00
T O T A L	682.411,00

CAFEICULTURA — Estão em formação 11.000.000 de mudas de cafeeiros para serem plantadas a partir de abril de 1970. O programa do Governo visa atingir, até 1971, 50.000.000 de cafeeiros que deverão produzir a mesma quantidade dos cafeeiros erradicados em 1962, 1965 e 1966, ou seja, 750.000 sacas.

POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS — O financiamento a preços mínimos funcionou com bons resultados em 1969, podendo o agricultor negociar a sua produção por preços compensadores, às vezes superiores até aos da tabela fixada pela C.F.P.

O financiamento alcançou o valor de Cr\$ 998.000,00. Deverá ser creditado, em grande parte, à política de financiamento da produção o aumento verificado nas safras de cereais de 1969/70, especialmente a produção de milho, que deverá alcançar volume superior a 5.000.000 de sacas.

USINA REGULADORA PARA OS EXCEDENTES DE LEITE

Está concluído o Projeto para instalação de uma Usina Reguladora para os excedentes de leite, com capacidade para industrializar 120.000 litros/dia na sua primeira etapa. O Projeto teve o custo de Cr\$ 120.000,00 e para sua implantação o Banco do Estado deverá conceder financiamento de Cr\$ 7.500.000,00, sendo Cr\$ 3.800.000,00 para investimento e

Cr\$ 3.700.000,00 para capital de giro. A usina será instalada no município de Viana, que deverá doar uma área de 80.000 metros quadrados.

O equipamento da Usina poderá, nas fases ociosas, ser utilizado na fabricação de café solúvel.

USINA DE LATICÍNIOS EM LINHARES

Em fevereiro de 1970, iniciou-se a construção da Usina de Resfriamento de Leite, em Linhares, com capacidade inicial para tratamento de 30.000 litros diários.

PRÉDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

Até data recente, a Secretaria de Agricultura dispunha de apenas 500 metros quadrados para funcionamento de todas as suas repartições. Hoje, já está construído um prédio com dois pavimentos e uma loja, com uma área construída de 1.250 metros quadrados.

Em 1969, foi iniciada a construção de outro prédio com 4 pavimentos, 1 sobreloja e andar térreo, com área total de 2.100 metros quadrados. O prédio custará Cr\$. 550.000,00, dos quais foram doados pelo IBC/DAC Cr\$. 200.000,00.

SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria de Segurança, apesar da deficiência de pessoal e parcimônia dos recursos orçamentários, desenvolveu grandes esforços para oferecer à coletividade espírito-santense condições efetivas de segurança pública.

POLÍCIA CIVIL — As estatísticas indicam o trabalho realizado. Subiram ao Superintendente da Polícia Civil 18.827 documentos. Foram remetidos à Justiça 930 inquéritos.

	Documentos recebidos	Documentos expedidos
Setor de Administração	9.643	1.670
Corregedoria	6.625	783
Divisão de Polícia Civil	2.438	274
Delegacia de Ordem Política e Social ..	110	2.525
Delegacia Especializada de Costumes e Diversões	335	1.368
Delegacia Especializada de Segurança Pessoal	1.075	3.450
Delegacia Especializada de Defrauda- ções e Falsificações	107	920
Casa de Detenção	805	1.151
Delegacia Extraordinária	119	566
Serviço de Policiamento Ostensivo	299	149
Departamento de Trânsito	1.386	1.848
T O T A L	22.942	14.774

Pelas diversas delegacias especializadas foram lavrados 235 autos.

O Serviço de Policiamento Ostensivo efetuou 3.882 patrulhamentos preventivos e 2.237 detenções.

O Departamento de Trânsito expediu 5.189 carteiras nacionais (1.^a via) e 4.442 (2.^a via).

CONSTRUÇÕES — Em 1969 foi concluída a construção da Subdelegacia de Venda Nova. Empenhadas pela dotação orçamentária de 1969, acham-se em fase final de construção as delegacias ou subdelegacias de: Anchieta, Apiacá, Atilio Vivacqua, Cariacica, Colatina, Dores do Rio Preto, Ilha

do Príncipe, Iriri, Ibatiba, Jacaraípe, Mucurici, Praia do Canto, Safra e S. Mateus, com o custo total de Cr\$ 216.687,00.

VEÍCULOS — Foram adquiridos em 1969:

Para o DETRAN — 2 veículos Cr\$ 22.338,70
 Para a Polícia Civil — 6 veículos Cr\$ 108.601,37

POLÍCIA MILITAR — A Polícia Militar vem promovendo o aperfeiçoamento de seus integrantes, através da instrução e do aprimoramento da disciplina, a fim de oferecer melhores serviços à população.

Os efetivos da Corporação apresentam o seguinte quadro:

	PREVISTO	EXISTENTE
Coronel	7	7
Tenente Coronel	5	5
Major	13	12
Capitão	34	32
1.º Tenente	31	16
2.º Tenente	57	29
Aspirante Oficial	—	5
Alunos Oficiais	—	32
Subtenente	37	29
1.º Sargento	61	51
2.º Sargento	86	83
3.º Sargento	190	158
Cabo	263	237
Soldados	1.200	1.173
T O T A L	2.014	1.869

A Cia. Escola formou três turmas, além de ter completado a formação da 5.ª turma do ano de 1968.

O Corpo de Bombeiros atendeu a um total de 327 casos.

SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS

SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS

A Lei da Reforma Administrativa atribuiu à Secretaria de Serviços Públicos Especiais competência sobre: I — Rodoviarismo, Transportes, e Telecomunicações; II — Indústria de energia elétrica; III — Abastecimento de água; IV — Administração Portuária; V — Edificações Públicas.

Sua atividade é desenvolvida, principalmente, através de órgãos da administração descentralizada, a ela vinculados.

ENERGIA — Por intermédio da SSPE, foram firmados os seguintes convênios:

a) Com a Companhia do Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo — CODES, para aplicação de recursos orçamentários na construção de linha de transmissão de energia elétrica, tais como:

- 1 — Na área de concessão da E.F.L. Itabapoana
LT S. José do Calçado-Airituba (12 km., 13.200 KV).
LT Fazenda Pirineus-Alto Calçado (6 km., 13.200 KV).
- 2 — Na área de concessão da E.F.L. Santa Maria
Laginha do Pancas: LT de 12 km e RD
Alto Rio Novo: LT de 35 km e RD
Vila Verde: LT de 20 km e RD
Valério: LT de 15,5 e RD

b) Com a Espírito Santo Centrais Elétricas — ESCELSA, para execução, operação e manutenção das obras previstas no Contrato de Abertura de Crédito firmado em 03-11-69, entre o Estado do Espírito Santo e a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira — CEPLAC, cuja quilometragem é a seguinte:

- 1 — Linhares — Povoação, com ramal para a Fazenda Cananéia (40 + 12) 52 km.
- 2 — Entroncamento — Barro Novo 15 km.
- 3 — Perobas (Faz. Batista) — Fazenda Bom Retiro 15 km.
- 4 — Linhares Com. Rafael 35 km.
- 5 — Fazenda Contendas — Fazenda Tupã 10 km.
- 6 — Fazenda Conceição — Fazenda Burarama 4 km.
- 7 — Fazenda Soeiro — Fazenda P. Batista 3 km.
- 8 — Fazenda Soeiro — Fazenda Amauri 12 km.

Dos 146 km. aqui discriminados, 46 km. serão construídos em cabo ACSR 1/10 AWG com orçamento estimado em Cr\$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta cruzeiros) por quilômetro, e 100 quilômetros em cabo ACSR n.º 2 AWG com orçamento estimado em Cr\$ 6.437,00 (seis mil, quatrocentos e trinta e sete cruzeiros) por quilômetro.

PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO NORTE DO ESTADO

Foi concluída a primeira etapa das obras de eletrificação do Norte do Estado, constante do Convênio datado de 06 de agosto de 1968:

- a) REGIÃO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
Barra de São Francisco, Rio Preto e Água Doce;
- b) REGIÃO DE NOVA VENÉCIA-SÃO MATEUS-CONCEIÇÃO DA BARRA

Foram concluídos os serviços de construção de uma Central Termoelétrica, de três grupos de geradores de 1.000 KVA cada um, e uma LT (Linha de Transmissão) de 33 KV, para São Mateus, onde existirá uma Subestação Elevador para serviço local e saídas para Conceição da Barra e LDR (Linha de Distribuição Rural) locais; e

c) DEMAIS MUNICÍPIOS

Estão em andamento os serviços referentes à LT (Linha de Transmissão) de Nova Venécia-Pinheiros, LDR Pinheiros-Vinhático, Ecoporanga, Mantenópolis e Mucurici e SE do Pinheiros.

Foram iniciadas, também, a segunda e terceira etapas.

Através da SSPE foi reestruturada a Empresa de Força e Luz Alegre-Veado, que teve seus novos estatutos aprovados, passando a denominar-se CESMEL — Companhia Espírito Santo Meridional de Eletricidade.

Do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica, a Secretaria recebeu as quotas atrasadas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, dos exercícios de 1967 e 1968, no total de Cr\$ 1.274.000,00.

COMUNICAÇÕES — O Convênio firmado com a Companhia Telefônica do Espírito Santo para execução do Programa Estadual de Comunicações Telefônicas, assinado em 29 de agosto de 1968, teve sua primeira etapa concluída em março de 1969:

1) Vitória	— Linhares
2) Vitória	— Aracruz
3) Vitória	— Ibraçu
4) Vitória	— João Neiva
5) Vitória	— Fundão
6) Colatina	— Nova Venécia
7) Nova Venécia	— São Mateus
8) São Mateus	— Conceição da Barra
9) Nova Venécia	— Barra de São Francisco
10) Nova Venécia	— Mantenópolis

Noventa por cento (90%) dos serviços programados constantes da 2.^a e 3.^a etapas, foram concluídos em 1969, assim discriminados:

2.^a Etapa

1) Vitória	— Domingos Martins
2) Colatina	— Baixo Guandu
3) Colatina	— Itarana
4) Itarana	— Itaguaçu
5) Colatina	— Afonso Cláudio
6) Nova Venécia	— São Gabriel da Palha
7) Nova Venécia	— Montanha
8) Montanha	— Mucurici
9) Castelo	— Muniz Freire
10) Muniz Freire	— Iúna

3.^a Etapa

1) Nova Venécia	— Boa Esperança
2) Nova Venécia	— Pinheiros
3) Colatina	— Pancas
4) Castelo	— Conceição do Castelo
5) Nova Venécia	— Ecoporanga

URBANISMO — Foram concluídos os estudos e projetos para a construção da nova ponte da Ilha do Príncipe. Participaram dos trabalhos as seguintes firmas especializadas:

a) **MIRA SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA.**, com levantamento topográfico, semi-cadastramento, levantamento batimétrico, locação e nivelamento dos pontos de sondagens nas imediações da ponte "Florentino Avidos";

b) **GEOTÉCNICA**, com serviços de sondagens no local da ponte;

c) **HIDROSERVICE**, com contrato para execução do Projeto Básico, com a finalidade de abertura de concorrência pública.

Teve início, também, o Projeto de Urbanização da Ilha do Príncipe e Praia do Suá, com a assinatura do contrato de empreitada com a **ETUC-Emprêsa de Topografia, Urbanismo e Consultoria Ltda.**

Após concorrência pública, está sendo assinado com a Companhia Minas da Passagem contrato de aluguel de uma draga para os serviços de aterro na Ilha do Príncipe e Praia do Suá.

SUDESITA — A Superintendência de Desenvolvimento do Vale do Itabapoana programou e executou, no exercício de 1969, diversas atividades de significação para o desenvolvimento econômico da região.

Promoveu a expansão das lavouras de banana e arroz nas micro-regiões ecológicamente adequadas, de conformidade com programação conjunta com o órgão de Extensão Rural do Estado.

Executou programa de correção de solos, com fornecimento e aplicação de 4 mil toneladas de calcário dolomítico, ao mesmo tempo em que cada agricultor se obrigava a adquirir pelo **FUNFERTIL**, com financiamento do Banco do Brasil, uma quantidade do corretivo equivalente à fornecida pela **SUDESITA**.

Através de entendimentos realizados entre a **SUDESITA-ACARES-SERAC (IBC)** e Divisão de Experimentação e Pesquisa, deu-se início ao programa de renovação da lavoura cafeeira com a formação de 3.000.000 de mudas de café para o ano de 1970, com ampliação posterior do programa para 4.000.000.

Prosseguem os entendimentos para a instalação de uma indústria cerâmica no Município de Muqui e de um matadouro-frigorífico no Município de São José do Calçado.

Foram iniciados estudos para desenvolvimento da fruticultura, bem como para a implantação de indústrias para o aproveitamento da produção frutícola.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE VITÓRIA — A receita contabilizada da A.P.V. alcançou, no exercício de 1969, a cifra de Cr\$ 11.390.909,73, contra Cr\$ 9.500.372,34 de despesa contabilizada, com o "superavit" resultante de Cr\$ 1.890.537,39. Esse "superavit" ganha expressão, se comparado ao deficit de Cr\$ 774.000,00 do exercício anterior.

Após a reavaliação, que o Governo do Estado, na qualidade de concessionário pleiteia do Governo Federal, o capital do Estado na APV passará a apresentar os seguintes resultados:

Capital	Cr\$ 6.753.290,09
1.º Capital Adicional	Cr\$ 1.103.288,05
2.º Capital Adicional	Cr\$ 2.011.630,39
	Cr\$ 9.868.208,53

ESTATÍSTICA — Em 1969 operaram no Pôrto de Vitória 1.175 navios, superando em 80 navios o número registrado em 1968.

O movimento geral de cargas acusou, nos exercícios de 1968 e 1969, os seguintes resultados:

Ano		Impotação	Exportação	TOTAL
1968	—	1.080.606 ton	13.084.051 ton	14.164.657 ton
1969	—	1.380.761 ton	18.009.047 ton	19.389.808 ton

A movimentação de mercadorias alcançou os seguintes valores:

	TONS.	VALOR Cr\$
Exportações	18.009.047	759.824.889,00
Importações	1.380.761	247.007.102,00
Total	19.389.808	1.006.831.991,00

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS — A Administração do Pôrto de Vitória está desenvolvendo considerável esforço no sentido de melhor estruturar todos os serviços portuários. Com êsse objetivo, procedeu a melhoramentos e projetou a sua expansão a fim de atender ao explosivo aumento das exportações.

Redução de mão-de-obra, concessão de aposentadorias, eliminação de serviços extraordinários desnecessários, recolhimento de viaturas e outras medidas de caráter administrativo proporcionaram uma economia de Cr\$ 2.768.400,00 por ano.

Os serviços executados para terceiros pela Divisão de Oficinas produziram a receita industrial de Cr\$ 111.848,00.

A racionalização das operações de carga e descarga provocou: aumento da velocidade na movimentação de cargas, redução dos custos das operações e redução das avarias.

O Departamento de Tráfego ganhou nova capacidade com a montagem de seis novos guindastes elétricos, importados pelo DNPVN, dos quais 3 têm capacidade nominal para içar cargas até 12,5 toneladas e 3 de 6.5 toneladas.

Foram adquiridas 5 empilhadeiras novas pelo Fundo de Melhoramento dos Portos num investimento total de Cr\$ 228.581,00.

PLANO DIRETOR — Menção especial merece o Plano Diretor de Expansão e Melhoramentos do Pôrto de Vitória, elaborado pela CONSULTEC. O Plano preconiza três etapas de investimentos:

a) Melhoria das atuais instalações do Cais Comercial e de sua estrutura administrativa e operacional, a curto prazo;

b) Ampliação, em futuro próximo, do cais, através da construção de 530 metros de cais, no continente, a médio prazo;

c) Novo terminal para carga a ser construído na foz do rio Aribiri, assim que estiver iminente a saturação das atuais instalações melhoradas do Cais Comercial, a longo prazo.

A primeira etapa envolve aperfeiçoamentos a introduzir desde logo, alguns dos quais já estão sendo implantados; as questões de contabilidade industrial, racionalização dos vários serviços, pequena dragagem, derrocamento das pedras que prejudicam o Cais Comercial e aquisição de equipamen-

tos poderão ser perfeitamente resolvidas com o investimento de NCr\$ 5.556.000,00.

As obras em questão permitirão o aumento da faixa útil do cais de 574 metros para 870 metros. A capacidade atual de 500.000 toneladas crescerá para 1.000.000 toneladas por ano.

Por outro lado, o atual cais da APV e suas instalações de apoio apresentam impossibilidade de expansão situados como estão em estreita área, cuja ampliação é obstaculada por condições topo-hidrográficas adversas e pelo vigoroso desenvolvimento da cidade de Vitória. O estudo da CONSULTEC identificou as explosões das exportações das usinas siderúrgicas situadas no Vale do Rio Doce, que são os grandes usuários da APV. Para escoamento destes produtos é indispensável a construção de um novo terminal, pois o atual Cais Comercial já opera a duras penas, mesmo na pequena escala atual. Capuaba foi o local escolhido pelas condições naturais favoráveis, a saber:

- Profundidade mínima de 11 metros;
- extensa área para construção das instalações de apoio, armazéns, escritórios, parque de "containers", etc.;
- área de propriedade do Concessionário, o que evitará problemas e gastos com desapropriações;
- grande parte da faixa do cais será em rocha viva, permitindo estocagem de cargas em altas pilhas, sem o problema de recalque. Os pátios do Cais Comercial atual têm o terreno com taxa admissível da ordem de 2 ks/cm², enquanto a de Capuaba terá uma taxa de 20 vezes maior.
- facilidades de acesso rodoviário e ferroviário, evitando o sério congestionamento da cidade agravado com o tráfego dos trens e caminhões para o pôrto. A localização no Continente beneficiará não só o pôrto como a própria cidade.

Com a construção do Cais de Capuaba, a capacidade de movimentação de cargas passará a ser de 1.700.000 toneladas anuais dando vasaõ aos produtos de exportação do Vale do Rio Doce.

Os estudos concluídos pela CONSULTEC, provam que o investimento da ordem de NCr\$ 44.300.000,00 para a construção do Cais de Capuaba, poderá ser ressarcido em apenas

6,4 anos. Isto em face do lucro incremental de 6,97 milhões de cruzeiros novos, por ano, produzido pela receita adicional média, em relação à situação atual.

Esta excepcional amortização do investimento é explicada pelas explosões de cargas já identificadas para um futuro bem próximo, isto em face do crescimento da hinterlândia do Porto de Vitória, com a abertura da BR-262.

Quanto à obra do Aribiri, fizeram-se diferentes estimativas, prevendo-se que as atuais instalações do Cais Comercial, mesmo depois de melhoradas, ficarão completamente saturadas daqui a cerca de 20 anos e sem possibilidade de ampliação. A foz do rio Aribiri, nas proximidades do Cais de Capuaba, pelas suas características hidrográficas e topográficas, foi o local escolhido para a futura localização do novo Cais Comercial.

O Cais do Aribiri deverá ser dotado de instalações mecanizadas, com capacidade para movimentar 2 milhões de toneladas de carga geral. Este cais deverá ser construído modularmente, isto é, em etapas, à medida que o aumento do movimento o exigir.

A construção do Cais do Aribiri propiciará, também, a transferência do complexo portuário para o Continente. A atual área ocupada na Ilha, pelo cais comercial, será aproveitada num projeto urbanístico de extraordinária importância para a cidade de Vitória.

Assim, mesmo excluindo-se o terminal de Tubarão, o complexo portuário de Vitória, será um dos mais importantes do país, servindo com eficiência a sua extensa hinterlândia.

DEPARTAMENTO DE — A Reforma Administrativa, ao criar o Departamento de Transporte, sob regime especial de Administração Centralizada, atribuiu-lhe competência para aquisição, manutenção e controle da frota de carros oficiais.

Em dezembro de 1969 foi efetuada a mudança do órgão para sua sede definitiva, localizada em Campo Grande, em imóvel adquirido da firma Buaiz S.A. pela importância de Cr\$ 280.000,00.

A dotação orçamentária do Departamento, acrescida da Suplementação determinada pelo Decreto n.º 091-E, de 26-12-69, foi da ordem de Cr\$ 1.217.076,00.

Para atender a necessidade de diversos órgãos de Administração Estadual, foram adquiridos, em 1969, 80 novos veículos no valor total de Cr\$ 1.061.145,00.

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS O DEO teve sob sua responsabilidade, em 1969, 79 obras das quais 47 foram concluídos e 32 se acham em fase bem adiantada, no valor total de Cr\$..... 7.027.113,00.

A Divisão de Estudos e Projetos elaborou 61 projetos e 134 orçamentos.

Em aluguel de veículos, carpintaria, oficina, lavagens de carros e venda de pedras, o DEO obteve a receita de — 176.000,00, contra 28.000,00 alcançados no exercício anterior.

O Boletim de Caixa apresentou o seguinte resultado:

Saldo do ano anterior (1968)	408.305,30
Recebimentos em 1969	4.438.450,26
Pagamentos em 1969	4.638.865,10
Saldo em 31/12/69	207.890,46

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Até recente data, os planos rodoviários estaduais não obedeciam a uma diretriz básica de canalizar para as estradas-tronco federais as riquezas das áreas. O que se via era um emaranhado de estradas sem qualquer sentido de penetração, de poder de ligar regiões produtoras a centros verdadeiramente consumidores.

A construção, por parte do Ministério dos Transportes, de uma rede de estradas federais atravessando o Estado, permitiu a elaboração de um Plano Rodoviário dentro do objetivo de levar às estradas-tronco federais as estradas estaduais, compondo dessa forma um perfeito sistema integrado, interligando os principais centros de consumo e produção.

Dentro desse objetivo, o DER-ES contratou com a firma ETUC a realização de estudos de viabilidade técnico-econômica para as estradas vicinais da BR-262. Esses estudos deram origem a um contrato de financiamento no valor de Cr\$ 11.800.000,00 assinado com o BNDE, em dezembro de 1969.

Foram iniciados em 1969 e se acham em fase final de execução os estudos de viabilidade, para fins de financiamento junto ao BNDE, das estradas vicinais à BR-101, projeto conhecido como Espinha de Peixe n.º 2.

Para 1970 estão programados estudos de viabilidade de estradas ligando Divisa-Estado da Bahia-Ecoporanga-Barra de São Francisco, na extensão de 165 Km, e projeto de engenharia final compreendendo Nova Venécia-São Domingos, na extensão de 69 Km, que deverão ter 40% de seu custo financiados pelo Banco Mundial.

Ainda para 1970, estão previstas estudos de viabilidade para a duplicação da via de ligação Vila Velha-Vitória e para a Rodovia do Sol, partindo de Itapemirim e alcançando Nova Almeida, com opção para acessos à BR-101.

PAVIMENTAÇÃO — Em dezembro de 1968, o Estado dispunha de 160 Km de estradas pavimentadas. Até março de 1971 deverá ter mais 233 Km, que representarão em dois (2) anos, um acréscimo de 146% em relação ao total da rede anterior. O plano da pavimentação iniciado com o trecho Bom Jesus-Calçado, estende-se com os serviços já em andamento dos trechos Calçado-Guaçuí, Alegrelina, Bom Jesus do Norte-Apiacá-BR-101, Safra Marataízes, Fundão-Santa Teresa, Colatina-Barra de São Francisco. Está previsto para 1970 o início da pavimentação dos trechos Cariacica-Santa Leopoldina, Cachoeiro-Muqui, Iúna-BR-262, Ibirapu-Aracruz e BR-101-Jacaraípe.

Além do plano de pavimentação, deve-se mencionar a construção de várias obras de arte, estando alguma delas concluídas e outras em andamento.

IMPLANTAÇÃO — No tocante à implantação básica de rodovias, todas elas de classe 2 com plataforma de 11 metros de largura, a movimentação de terra foi de ordem de 9,1 milhões de metros cúbicos, totalizando 253 Km concluídos. Em 1969, houve, em média, a implantação de 1 Km de estradas por dia. Para 1970, a previsão é de 2 Km por dia.

CONSERVAÇÃO — Tão importante quanto construir rodovias é conservá-las. Para isso o Departamento organizou patrulhas moto-mecanizadas, adquiriu frota de basculantes, tratores, pás carregadeiras e motonive-

ladoras, colocando um engenheiro em cada distrito rodoviário só para a parte de conservação.

EXECUÇÃO — O orçamento do DER-ES foi de Cr\$.
FINANCEIRA 54.318.991,20, distribuindo-se da forma abaixo os itens da receita e da despesa:

RECEITA

Receitas Tributárias	11.012.420,00
Contribuição do Estado	9.236.923,81
Receitas diversas	2.806.452,48
Deficit a realizar	15.164.504,16
Receitas Orçamentárias a receber ..	4.298.690,75
Operações de crédito realizados	11.800.000,00
	54.318.991,20

DESPESA

Despesas de custeio	6.801.998,36
Transferências correntes	1.024.106,84
Investimentos	30.394.195,25
Deficit orçamentário corrente	15.164.504,16
Supervit previsto do orçamento ...	934.186,59
	54.318.991,20

C E S A N

A Companhia Espírito-Santense de Saneamento — CESAN obteve em 1969, seu segundo ano de atividades, a receita de Cr\$ 6.260.076,64, tendo concentrado seus esforços em dois grandes objetivos: ampliação de sua área de ação no interior do Estado e equacionamento dos problemas da grande Vitória.

No interior, foram iniciadas obras nos municípios de Mantenópolis, Boa Esperança, Pinheiro, Iúna, S. José do Calçado, Muqui e Conceição da Barra.

Por serem insuficientes os recursos do Fundo de Saneamento Estadual e as contribuições das prefeituras municipais, foi elaborado estudo de viabilidade econômico-financeira global, que se encontra sob exame do BNH para financiamento.

A CESAN contratou com o Consórcio das Firms Sontécnica e Escritório Técnico "Enaldo Cravo Peixoto" a elaboração de um Plano Diretor para os sistemas de água e es-

gôto da Grande Vitória. A parte de abastecimento de água prevê um custo de Cr\$ 44.400.000,00 numa primeira etapa para atendimento até 1982 e Cr\$ 25.000.000,00, numa segunda etapa para atendimento até o ano 2.000. Já foi solicitado ao BNH financiamento de Cr\$ 25.000.000,00, com o qual se espera iniciar, em 1971, a construção de novo sistema.

Com relação à rede de esgotos sanitários estuda-se uma forma de financiamento por várias fontes, de acordo com as várias etapas.

Para o atual sistema da Grande Vitória foram realizadas inúmeras obras condensadas num Plano de Emergência.

Foram elaborados projetos de melhoria e ampliação do sistema de distribuição para numerosos bairros da Grande Vitória.

CONVÊNIOS E CONTRATOS

Foram firmados os seguintes convênios:

- com o BNH para abastecimento de água em vários municípios no valor de Cr\$ 21.200.000,00.
- com o BNH para ampliação do sistema de abastecimento de água de Alegre, no valor de Cr\$..... 1.190.459,00.
- com a FINEP, para estudo de um Plano Diretor dos sistemas de água e esgoto em Vitória, Vila Velha e Cariacica, no valor de Cr\$ 390.000,00.
- Contrato com a Construções e Saneamento Ltda. COSAN para implantação das Estações de Tratamento das cidades de Muqui e São José do Calçado, no valor de Cr\$ 250.727,10.
- Contrato com a Escola de Aprendizes de Marinheiros do Espírito Santo, para construção da nova rede de abastecimento da Escola no valor de Cr\$..... 21.564,26.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A vitória que coroou nossos esforços na batalha para a conquista dos incentivos fiscais veio, finalmente, permitir que a ação do governo estadual constitua contribuição decisiva para o desenvolvimento da indústria e do comércio no Estado. O empresariado capixaba dispõe, agora, de elementos de convicção definitivos sobre a conveniência de aplicar aqui seus investimentos, na instalação de novos empreendimentos, cujo efeito multiplicador haverá de acelerar o processo desenvolvimentista do Espírito Santo.

A Secretaria de Indústria e Comércio vem promovendo intensa campanha de esclarecimento sobre a aplicação dos incentivos fiscais como também dos demais recursos dedutíveis do imposto de renda e do I.C.M.. A Secretaria vem, igualmente, realizando esforços para convencer as prefeituras da conveniências de atrair investidores, mediante a concessão de incentivos municipais.

Fomento à indústria e política comercial — A Divisão de Fomento à Indústria organizou o Cadastro Industrial, agrupando as indústrias por ramo de atividades e por região administrativa fiscal. Informou com parecer conclusivo, todos os pedidos de firmas industriais, para aplicação dos incentivos fiscais. Recolheu, junto a órgãos estaduais e federais, elevado número de informações de grande interesse para as empresas com planos de investimentos no Estado.

A Divisão de Política Comercial organizou o Cadastro Comercial, por ramo de negócio e por região administrativa fiscal.

IMPRENSA — O Departamento de Imprensa Oficial transformado em autarquia, passa por intenso processo da modernização e já começa a desmentir o velho preconceito de que os estabelecimentos industriais do governo são necessariamente deficitários, pois apresentou, no último exercício, o "superavit" de Cr\$ 1.450.000,00 (hum milhão, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

Seu parque gráfico foi enriquecido com a aquisição de quatro máquinas impressoras automáticas, quatro linotipos

uma moderna impressora Rotoplana, com capacidade para imprimir, por hora, 4.500 exemplares do Diário Oficial, em jornal de 16 páginas. O preço total das máquinas alcançou a importância de Cr\$ 841.000,00 (oitocentos e quarenta e um mil cruzeiros) totalmente coberto com receita do próprio Departamento.

Prossegue em bom ritmo a construção do edifício-sede, iniciada em 1969, com orçamento de Cr\$ 360.524,00 (trezentos e sessenta mil, quinhentos e vinte e quatro cruzeiros). Sua inauguração está prevista para meados do corrente ano.

Foram editados 220 números do Diário Oficial, incluindo os Diários da Justiça e do Poder Legislativo, num total de 590.400 exemplares, a Coletânea de Leis Estaduais (3.º e 4.º tomos), "Um Estado em Marcha para o Desenvolvimento", o Orçamento Plurianual de Investimentos, além de grande número de impressos oficiais e particulares.

O movimento financeiro do exercício apresentou os seguintes resultados:

Receita	Cr\$ 2.950.731,88
Despesa	Cr\$ 1.501.700,76
Superavit	Cr\$ 1.449.031,12

JUNTA COMERCIAL — Em 232 sessões, a Junta Comercial julgou 7.233 processos e expediu 2.142 certidões. Foram autenticados 10.646 livros. A Receita foi de Cr\$ 340.748,17 e a Despesa de Cr\$ 334.717,54. Na despesa está incluída a importância de Cr\$ 120.000,00 aplicada na amortização da compra da sede própria.

Está sendo providenciada a instalação de Delegacias da Junta Comercial nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

FÁBRICA DE TECIDOS — A Fábrica de Tecidos Cachoeiro de Itapemirim S.A. teve um incremento de produção da ordem de 19,74%, utilizando 1.569.261 kg de algodão produzido no Espírito Santo, o que significou para os cofres do Estado, só em I.C.M., o lucro de Cr\$ 140.000,00.

O balanço provisório indica um lucro superior a Cr\$ 500.000,00 que, somados aos Cr\$ 300.000,00 do ano de 1968, representam o dôbro do que foi feito nos sete anos anteriores.

A Fábrica aplicou Cr\$ 153.671,00 (cento e cinquenta e três mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros), na compra de maquinaria para a Companhia de Óleos Araribóia, da qual é acionista.

Registramos, com prazer, a participação dos empregados nos lucros da empresa no montante de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

COMPANHIA DE ÓLEOS — Decisiva para o pleno funcionamento da Fábrica foi a aquisição de maquinaria e motores, graças ao investimento de 153 mil cruzeiros realizado pela Fábrica de Tecidos. O capital foi aumentado de Cr\$. 763.000,00 para Cr\$ 963.000,00, sendo a integralização feita exclusivamente pelo acionista Governo do Estado.

Da Fábrica de Tecidos foram adquiridos 820.516 kg de sementes deslintadas que proporcionaram a produção de 360.850 kg de ração leiteira e 60.493 kg de óleo bruto.

Para incremento da cultura de amendoim foram adquiridos em São Paulo 15.000 kg de sementes distribuídas aos agricultores.

EMPRESA CAPIXABA DE TURISMO

A Empresa Capixaba de Turismo — EMCATUR, criada em novembro de 1967 pela Lei Delegada n.º 7, destinada a ser o instrumento adequado para a exploração das potencialidades turísticas do Espírito Santo e aproveitamento dos incentivos criados pelo Governo Federal, ampliados agora pelo Decreto-lei 880.

Com menos de dois anos de implantação, já são expressivas as iniciativas empreendidas pela EMCATUR, concentrando seus esforços especialmente no sentido de assegurar-se uma sólida estrutura econômica e administrativa, indispensável para realizações de vulto no futuro.

Acontecimento importante na vida da Empresa, em 1969, foi a aquisição do controle acionário total da EMESA

(Empreendimentos Minas-Espírito Santo S.A.), incluindo-se na operação a compra da Praia do Sol, que servirá de base para a construção da Cidade do Sol e implantação de um pólo urbo-agro-industrial e turístico.

A operação ascendeu a Cr\$ 453.000,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil cruzeiros) dos quais havia sido paga, até 31 de dezembro de 1969, a parcela de Cr\$ 131.383,00 (cento e trinta e um mil, trezentos e oitenta e três cruzeiros), tendo a EMCATUR adquirido a propriedade de uma área de 150 alqueires, legalizada e inteiramente loteada, num total de 6.677 lotes, como também o crédito de Cr\$ 457.276,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e seis cruzeiros) correspondente a prestações atrasadas de lotes vendidos pela EMESA, bens patrimoniais situados no canteiro de obras, projetos, móveis e utensílios.

Foi realizada concorrência pública, ganha pelo conjunto de firmas Astel-Wit-Olaf-Prochnick para a execução do Plano de Desenvolvimento Turístico da Faixa Radioativa, com diagnóstico completo de uma área de 150 quilômetros, a partir de Aracruz ao norte de Vitória até Marataízes, no Sul do Estado. O projeto está sendo executado, com conclusão prevista para julho de 1970, depois de aprovado pela FINEP, com a interveniência do Banco de Desenvolvimento do E. Santo, representando um investimento de Cr\$. 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros).

Realizou a EMCATUR amplo programa de divulgação dos aspectos turísticos do Estado, através de folhetos promocionais, e instalou barracas-stands na Feira da Providência, na Guanabara, e na Festa dos Estados, em Brasília, com excelente repercussão.

Para cobrir as operações efetuadas em 1969 e para garantir sucesso aos grandes empreendimentos em perspectiva, foi autorizado o aumento do capital, que passou de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros).

O Governo está convencido de que no turismo está um dos grandes fatores com que conta para o progresso econômico do Estado.

C O P E S A

A Companhia de Pesca do Espírito Santo-COPESA desenvolveu em 1969, as seguintes atividades:

a) Adquiriu dois barcos de pesca de 13 metros e capacidade de 8 toneladas cada um, o que propiciou o oferecimento de grande volume de pescado ao mercado consumidor, especialmente na Semana Santa.

b) Captação dos recursos provenientes dos incentivos fiscais, quando só da Vale do Rio Doce e da Fábrica Garôto foram captados Cr\$ 800.000,00.

c) Aquisição do controle acionário da Companhia de Pesca de Itabapoana — COPISA, e sua posterior transferência a um grupo do Rio de Janeiro.

d) Aquisição do Frigorífico Confiança.

e) O projeto de captura e comercialização, no valor de Cr\$ 4.000.000,00 está em fase final de aprovação pela SUDEPE e pelo GERES. Este projeto provocará grande expansão da Companhia, devendo sua frota de captura ser ampliada, em 3 anos, para 20 barcos.

f) Em dezembro de 1969, foi inaugurada a primeira fase do projeto supramencionado, com importantes melhoramentos.

SERVIÇOS SOCIAIS

SERVIÇOS SOCIAIS

O mundo moderno já se convenceu da necessidade de dedicar maior atenção aos problemas sociais, como condição imprescindível para promover o desenvolvimento equilibrado. Essa idéia é que inspirou a criação da Secretaria de Serviços Sociais, através da Lei da Reforma Administrativa e sua estruturação básica pela Lei Delegada n.º 12.

A atuação no Setor desenvolve-se ou diretamente pela Secretaria ou através de órgãos descentralizados a ela vinculados, como o Instituto de Previdência e Assistência "Jerrônio Monteiro", o Instituto de Bem Estar Social, a Fundação do Bem Estar do Menor e a Companhia Habitacional do Espírito Santo.

Embora de implantação recente, já são consideráveis os resultados obtidos pelas iniciativas da Secretaria.

De grande alcance foi a participação da Secretaria no Encontro promovido pela Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social do Estado da Bahia, com o objetivo de estabelecer uma política de ação unificada entre as várias unidades da Federação, e no Encontro promovido pela Secretaria de Serviço Social do Estado do Paraná, cuja finalidade foi a coordenação de estudos que visam à criação de um órgão específico, de nível ministerial, para atuar no campo do bem-estar social.

Foi também de responsabilidade da Secretaria a execução de convênios entre a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor e diversas Obras Sociais em funcionamento no Estado.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Como iniciativa de vulto no campo do desenvolvimento comunitário deve ser mencionado o trabalho de Levantamento e Cadastramento da Rede Assistencial e Promocional do Estado. Servirá de valioso subsídio para os diversos programas de assistência social e, sobretudo, para a organização do sistema de distribuição de verbas da Secretaria.

De igual valor revestiu-se o trabalho de Assessoramento Técnico e Trabalhos Comunitários. Tendo como objetivo a coordenação da política de ação das instituições que atuam no campo da ação comunitária, bem como a troca de recursos e experiências, o estímulo a novos empreendimentos e

sua maior rentabilidade, foi decisiva a participação técnica da Secretaria nos seguintes trabalhos comunitários, considerados de prioridade:

- Movimento Comunitário de Santa Rita de Cássia, no Município de Vila Velha;
- Centro Comunitário da Ilha de Santa Maria, na Capital;
- Movimento Comunitário da Região de Maruipe, na Capital;
- Movimento Comunitário da Região de Pôrto de Santana, no Município de Cariacica;
- Comitê Comunitário de Extensão Rural de Jaciguá, no Município de Cachoeiro do Itapemirim.

Digno de menção é o I Encontro de Trabalhos Comunitários da Grande Vitória, com a participação de 97 representantes de 19 Trabalhos Comunitários, bem como de 65 profissionais liberais representando diversos órgãos e serviços com sede na Capital.

Ainda no campo do desenvolvimento comunitário, convém mencionar o estudo da situação dos oleiros radicados em Roças Velhas, Município de Cariacica, com vistas a sua possível remoção para outra área, o estudo realizado em Nova Venécia com o fim de orientar a ajuda do Governo do Estado à população do Município atingida pelo vendaval ocorrido em junho de 1969, e, finalmente, o levantamento sócio-econômico do Bairro Miramar, situado na parte baixa da Ilha do Príncipe, alcançando o total de 226 famílias e 197 prédios.

ORIENTAÇÃO SOCIAL

No campo da orientação social, buscou-se assegurar assistência à família, através de triagem dos casos, encaminhamento a recursos da Comunidade e tratamento; orientação e readaptação a grupos especiais de necessitados; e mobilização rápida de recursos para atendimento de emergência em caso de calamidade pública.

Devem ser lembrados o trabalho desenvolvido na recuperação de mendigos, o levantamento dos boxes do Mercado da Vila Rubim e sua conseqüente distribuição, cadastramento e estudo da situação sócio-econômica das vítimas da inundação ocorrida no bairro Toca, município de Vila Velha,

e a assistência prestada junto ao Sanatório Getúlio Vargas, Clínica de Tumores, Oficina de Caridade e Lar Santa Rita de Cássia, Instituto de Readaptação Social e Ambulatório de Saúde Mental.

Os números abaixo traduzem o trabalho realizado:

1 — Casos matriculados	1.466
2 — Pessoas atendidas	7.804
3 — Entrevistas efetuadas	10.925
4 — Visitas a diversos setores	936
5 — Encaminhamentos	3.366

I.P.A.J.M. — O sucesso alcançado no esforço de racionalização de seu funcionamento vem permitindo ao Instituto a realização de seus objetivos. A regularização dos recolhimentos consignados na fôlha de pagamento do funcionalismo público estadual assegurou, no exercício de 1969, excelente receita, que, após o cumprimento de tôdas as responsabilidades, propiciou um “superavit” de mais de 1 milhão de cruzeiros.

PREVIDÊNCIA — Houve, no último ano, o acréscimo de 55 pensões vitalícias e 164 temporárias, que somadas às anteriores, dão o total de 423 vitalícias e 951 temporárias, representando a despesa de Cr\$ 542.528,50 (quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros e cinquenta centavos).

A concessão de pecúlios do IPAJM alcançou a cifra de Cr\$ 50.312,52 (cinquenta mil, trezentos e doze cruzeiros e cinquenta e dois centavos), ao passo que os pecúlios da Caixa Beneficente “Jerônimo Monteiro” atingiram Cr\$ 1.721,00 (hum mil, setecentos e vinte e um cruzeiros).

Foram concedidos em auxílios Cr\$ 10.370,00 (dez mil, trezentos e setenta cruzeiros) assim distribuídos:

Auxílios natalidade — Cr\$ 1.670,00 (hum mil, seiscentos e setenta cruzeiros);

Auxílio funeral — Cr\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos cruzeiros).

Os empréstimos, em várias modalidades, somam o total de Cr\$ 551.433,92 (quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e trinta e três cruzeiros e noventa e dois centavos).

SETOR IMOBILIARIO — Foi efetuada a distribuição de 50 casas no conjunto "Ary Vianna", situado no Bairro da Toca, em Vila Velha.

Como realização maior, mencione-se a construção de um núcleo residencial em Goiabeiras, com 306 unidades, cuja conclusão está prevista para os próximos meses. Sua distribuição aos segurados terá como critérios principais o tempo de contribuição ao Instituto e os encargos de família.

REFORMA E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO INSTITUTO

O êxito obtido no exercício não elimina a necessidade de reforma da estrutura do Instituto. Para isso já se encontra em elaboração o projeto de reforma sob a responsabilidade do Prof. Rio Nogueira, cujos trabalhos de reforma de institutos congêneres em vários Estados da Federação obtiveram indiscutível sucesso.

Alguns objetivos estão prefixados para a reforma, tais como:

- 1 — Atualização das pensões com um piso mínimo e correção monetária para atenuar o aviltamento da moeda;
- 2 — Desburocratização;
- 3 — Inclusão de todos os servidores como segurados, abrangendo todos os Podêres e órgãos descentralizados;
- 4 — Reinclusão dos remanescentes da antiga Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro", excluídos, injustamente, do quadro de segurados em 1951;
- 5 — Assistência médica, hospitalar, dentária e ambulatorial direta ou através de convênios.

BALANÇO — O Balanço provisório resume bem as atividades do exercício de 1969:

RECEITA — Contribuições	Cr\$ 1.796.633,05
Juros Bancários	Cr\$ 59.840,00
	Cr\$ 1.856.473,05

DESPESA — Pensões	Cr\$ 542.528,52
Pecúlios	Cr\$ 52.048,49
Auxílios	Cr\$ 10.370,00
Pessoal	Cr\$ 209.785,08
Material e Consumo	Cr\$ 9.370,09
Despesas diversas de Administração	Cr\$ 9.152,02
	Cr\$ 833.254,20

Não deve passar sem registro o fato de que as despesas de administração (pessoal, material permanente e de consumo, etc.) representam apenas 12% da receita total. As despesas com pensões, pecúlios e auxílios ficaram aquém de 34% da receita. Com o total de despesas de 44%, verifica-se que o Instituto, em 1969, pôde destinar à formação de reservas técnicas 56% de seu orçamento.

I.B.E.S. — O Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense, ademais de suas atividades assistenciais de rotina, concluiu a construção do novo mercado do Núcleo, inaugurado a 23 de maio de 1969, com o custo total de Cr\$ 72.288,86 (setenta e dois mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros e oitenta e seis centavos). Assinale-se que o custo do metro quadrado alcançou apenas Cr\$ 58,91 (cinquenta e oito cruzeiros e noventa e um centavos).

No campo educacional deve ser lembrado o trabalho realizado pela Escola "Albina Santos Neves", que ministrou cursos de bordado, flôres, trabalhos manuais, trabalhos de feltro, corte e costura etc.

A receita do exercício constou dos seguintes itens:

RECEITA

Arrecadação de 1% — Lei 2.141 até outubro de 1969	11.009,88
Receitas imobiliárias	15.028,16
Receitas diversas	9.929,12
Doações e Legados	11.500,00
Subvenções	108.000,00

FESBEM — A estrutura da Fundação Espírito-Santense do Bem Estar do Menor acha-se ainda em fase de implantação, que deverá estar concluída no presente exercício. Entretanto, as unidades transferidas para a Fundação

obtiveram sensíveis progressos. No Instituto Profissional "Francisco Schwab", principal unidade da Fundação, foram executados grandes melhoramentos, como o calçamento da estrada de acesso, reforma da cozinha e da copa, adaptação do auditório, terraplenagem do campo de esporte, instalação do parque infantil e outros.

Especial cuidado tem sido dedicado ao recrutamento de professores e assistentes de alunos, inclusive com a realização de estágio na Fundação Nacional, na Guanabara.

O Serviço Social da Fundação atendeu a mais de duas mil pessoas, através de orientação, encaminhamento para internação, ajuda familiar, etc.

A Fundação manteve, em unidades sob sua responsabilidade e de terceiros, 340 menores assim distribuídos: Instituto Profissional Francisco Schwab, 294; Patronato Monte Líbano, em Cachoeiro de Itapemirim, 41; Serviço Social de Amparo ao Menor, em Santa Tereza, 5. Além de frequentarem os cursos regulares de grau médio e elementar, os menores são iniciados em atividades profissionais, tais como marcenaria, tipografia, alfaiataria e outras.

COHAB-ES — COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO

A Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES, não obstante a escassez de recursos destinados a despesas de administração, vem cumprindo, com vigor e eficiência, a ingente tarefa de liderar a batalha para a solução do problema habitacional no Estado.

Com recursos oriundos do BNH, a COHAB-ES alcançou, no exercício de 1969, os seguintes resultados.

Na "Grande Vitória" —

- a) — casas concluídas e entregues:
 - núcleo GOIABEIRAS II — 569 unids. — Cr\$... 3.126.902,65
- b) — construções iniciadas:
 - núcleo SANTA MÔNICA — 305 unids. — Cr\$ 1.783.066,72

- núcleo ITAPARICA — 112 unids. — Cr\$.
850.223,00
- núcleo FERRO E AÇO — 299 unids. — Cr\$. . . .
1.686.190,00

No interior do Estado —

- a) — casas concluídas e entregues:
- núcleo LINHARES — 300 unids. — Cr\$.
980.545,40
 - núcleo COLATINA II — 104 unids. — Cr\$. . . .
309.903,00

Foram preparados e encaminhados à COS — BNH os seguintes Projetos:

- núcleo MUQUI — 060 unids.
- núcleo IBIRAÇU — 050 unids.
- núcleo JOÃO NEIVA — 080 unids.
- núcleo C. ITAPEMIRIM — 419 unids.

EQUIPE ADMINISTRATIVA

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Durante o exercício de 69, contamos com a valiosa colaboração de todo o funcionalismo e, especialmente dos seguintes auxiliares de primeiro Escalão, na Administração Direta e Descentralizada:

SECRETARIO DA FAZENDA	— Adyr Maya
SECRETARIO DO INTERIOR E ASSUNTOS DA JUSTIÇA	— Paulo Augusto Costa Alves
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	— Darcy Werther Vervloet
SECRETARIO DE INDÚSTRIA E COMERCIO	— Salomão Nader Wolmar Neves de Souza (3.12.69)
SECRETARIO DE SAUDE E ASSISTENCIA	— Hamiltom Machado de Carvalho
SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	— José Dias Lopes
SECRETARIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS	— José Carlos Pereira Netto
SECRETARIO DO TRABALHO E PROMOÇÕES SOCIAIS	— Henrique Del Caro
SECRETARIO DE AGRICULTURA	— Guilherme Pimentel Filho
SECRETARIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA	— Alvino Gatti
SECRETARIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL	— José Carlos da Fonseca
CONSULTOR GERAL DO ESTADO	— Antonio Dias de Souza
CHEFE DO GABINETE MILITAR	— Alceu Junger Vieira
SECRETARIO PARTICULAR	— Gutman Uchôa de Mendonça
DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	— Alvaro de Carvalho (19.7.69)
PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA	— Ary Queiroz
	— Abimar Pereira dos Santos
	Maurício de Oliveira (27.10.69)
PROCURADOR GERAL DO ESTADO	— José de Caldas Brito
COORDENADOR GERAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	— Cephas Siqueira
COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR	— Jader Peixoto Rubim
SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL	— José Dias Lopes
DIRETOR-PRESIDENTE DO BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO	— Luiz da Silva Teixeira José de Almeida (7.6.69)

II

DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADO DE RODAGEM	— José Carlos Pereira Netto Olavo Machado de Vasconcelos maio de 1969
SUPERINTENDENTE DO PORTO DE VITÓRIA	— Dorian Castello Miguel
DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO	— Décio Thevenard
DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ITABAPOANA	— Franklin Roosevelt V. Vidal
DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	— Darly Nerty Vervloet
COORDENADOR DA MOBILIZAÇÃO CÍVICA CONTRA O ANALFABETISMO	— José Silva
DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	— Arthur Carlos Gerhardt Santos
DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	— Ewaldo Mello Antonio Dias de Souza (out. 1969)
DIRETOR PRESIDENTE DA COOPERATIVA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO	— Tuffy Nader
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO	— Hamilton Alves Vieira
PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL	— Lutz Gabeira
DIRETOR-PRESIDENTE DA FÁBRICA DE TECIDOS DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	— Moacyr Pimentel
DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESPÍRITO SANTO	— Eugenio de Souza Paixão
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	— José Maria Athayde Guimarães
DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA	— Murilo de Castro Amaral
DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO	— Jair Moraes
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS	— Carlos Alberto Benevides
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	— Eduartino Silva

I N D I C E

	Página
Apresentação	3
Panorama do Triênio 67/69	9
Panorama do Exercício de 1969	16
Balanco Orçamentário	24-I
Aspectos Administrativos da Fazenda	24-XI
Banco do Estado do Espírito Santo	27
BANDES	32
CODES-CRED	38
Reforma Administrativa	43
Consultoria Jurídica	43
Departamento de Administração Geral	44
Conselho de Desenvolvimento Econômico	47
Gabinetes Civil e Militar	49
Saúde	53
Fundação Hospitalar	59
Educação	63
Justiça	75
Agricultura	83
Departamento de Terras e Colonização	88
CASES	88
COFAI	88
DERMAG	89
ACARES	89
PLAMAN	90
Segurança Pública	95
Polícia Civil	95
Polícia Militar	96
Serviços Públicos Especiais	99
Eletificação	99
Comunicações	101
SUDESITA	102
Administração do Porto	103
Departamento de Transportes	106
Departamento de Edificações e Obras	107
Departamento de Estradas de Rodagem	107
CESAN	109
Indústria e Comércio	113
Imprensa Oficial	113
Junta Comercial	114
Fábrica de Tecidos	114
Companhia de Óleos Araribóia	115
EMCATUR	115
COPESA	117
Serviços Sociais	121
IPAJM	123
IBES	125
FESBEM	125
COHAB	126
Equipe Administrativa	129
Índice	133